Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 23.8.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 736 / € 1,80 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

"TEM HAVIDO DECISÕES PERNICIOSAS AO ESTADO COM A LIMPEZA A EITO EM ALTOS QUADROS"

José Luís Carneiro em entrevista DN/TSF

O ex-ministro da Administração Interna não assume erros nas políticas públicas do PS sobre a imigração. Considera que o aumento do suplemento de risco na GNR e PSP "não é estrutural ao interesse do Estado". Defende que, para nomeações em áreas de soberania, o Governo consulte o líder do PS. Acerca do seu futuro político, diz que estará "onde o partido entender", destacando as autárquicas como "decisivas".

PÁGS. 4-7

PARPÚBLICA ADMINISTRAÇÃO TAMBÉM ESTÁ DE SAÍDA

PÁG. 9

Eurostat
Mercado de trabalho rejeita quase 18% dos recém--licenciados, um dos piores registos da União Europeia

PÁG. 18

França
Macron em consultas no Eliseu para cozinhar solução de governo

PÁGS. 20-21

Música
Xavier Ruud, cantor e compositor australiano, apresenta concerto em Lisboa

PÁG. 26

JOÃO PEDRO MARQUES

HISTORIADOR E INVESTIGADOR

"A ESCRAVIDÃO É UMA VELHÍSSIMA INSTITUIÇÃO, NÃO FOI INVENTADA PELOS EUROPEUS QUANDO CHEGARAM A ÁFRICA"

PÁGS. 12-13

De Alfama à Igreja de São Domingos: um roteiro da escravatura em Lisboa

PÁG. 14

QUESTIONÁRIO DE PROUST DO CHATGPT
GUILHERME SOUSA
CHEF DO RESTAURANTE TERROIR, EM LISBOA

"SE FOSSE UM ANIMAL, SERIA UMA VACA WAGYU, PARA SER MASSAJADA E OUVIR MÚSICA O DIA TODO" PÁG. 17

EVASÕES
A SARDINHA chega a bom porto

HOJE GRÁTIS

Até ver...

Helena Tecedeiro
Editora executiva do Diário de Notícias

Tornados no Mediterrâneo? Vão ser cada vez mais e um deles já afundou um iate

Água do mar a 30 graus? É o sonho de qualquer banhista friorenta como eu e está a acontecer no Mediterrâneo por estes dias, depois das ondas de calor que atingiram a região. A última foi interrompida no fim de semana por uma vaga de ar frio que provocou fortes tempestades por toda a Itália. Um dos tornados – tecnicamente chama-se "tromba d'água" ao vórtice que se cria entre a base de uma nuvem e a superfície de mar, formando uma coluna de vapor de água e vento – atingiu em cheio o iate *Bayesian*. Das 22 pessoas a bordo, 15 foram resgatadas com vida, seis morreram e uma continua desaparecida após vários dias de buscas dentro do veleiro afundado.

Por muito apelativa que a ideia de um mergulho numas águas quentinhas possa ser, perde todo o fascínio quando percebemos que essa temperatura – junto à ilha da Sicília, onde o *Bayesian* afundou, a superfície da água oscilou entre os 27,5 e os 30,5 graus na passada segunda-feira, dia do naufrágio, três graus acima da média nesta época do ano – é consequência direta das alterações climáticas.

Ora a história do *Bayesian* só chegou às páginas dos jornais porque a bordo seguiam um milionário e um banqueiro de renome, ambos entre as vítimas cujos corpos só foram resgatados na quarta-feira. Mike Lynch, de 59 anos, era conhecido como o Bill Gates britânico depois de ter fundado, e mais tarde vendido à Hewlett-Packard por 11 mil milhões de dólares, a empresa de tecnologia Autonomy. Filho de uma enfermeira e de um bombeiro, o britânico estava com a filha Hannah, de 18 anos, ainda desaparecida. A mulher, Angela Bacares, foi uma dos sobreviventes. Apesar do aparente negócio de sonho, a venda da Autonomy valeu a Lynch uma década de luta na justiça, depois de ter sido acusado de fraude nos EUA. O processo só terminou em junho último, com o milionário a ser ilibado.

O que é que isto tem a ver com o *Bayesian*? Tudo. Ou não estivesse Lynch a celebrar a vitória judicial a bordo do veleiro e não fosse um dos outros mortos Chris Morvillo, advogado americano que fez parte da equipa de defesa do magnata. Morvillo, de 59 anos, seguia a bordo com a mulher, Neda, tendo estado envolvido na investigação criminal aos atentados de 11 de Setembro antes de se especializar em clientes de colarinho branco.

Já Jonathan Bloomer, presidente do Conselho de Administração do Morgan Stanley International, fora diretor não executivo da Autonomy e testemunha de defesa no processo contra Lynch. O banqueiro, de 70 anos, e a mulher também seguiam no *Bayesian*, tendo desaparecido durante a tromba-d'água e sido mais tarde encontrados sem vida.

As notícias em torno do naufrágio ao largo do pequeno porto de Porticello ganharam ainda mais destaque devido a uma infeliz coincidência, daquelas capazes de alimentar loucas teorias da conspiração. Dois dias antes de o *Bayesian* ser engolido pelo Mediterrâneo, Stephen Chamberlain, acusado no mesmo processo que Lynch, era atropelado enquanto fazia *jogging* em Cambridgeshire. A sua morte foi confirmada segunda-feira.

Coincidências e teorias da conspiração à parte, o naufrágio do *Bayesian* e a morte destes protagonistas serve de alerta para um perigo real: as alterações climáticas matam. Mais diretamente e mais depressa do que estaríamos à espera.

Num mundo em que muitos, inclusive líderes mundiais como Donald Trump ou Jair Bolsonaro, ainda negam as alterações climática – considerando-as "uma criação dos chineses", no caso do primeiro, ou um complô de "marxistas culturais", no do segundo – importa destacar o alerta deixado no *The Guardian* por Roberto Danavaro, biólogo marinho da universidade de Ancona, sobre a "relação absolutamente direta" entre as temperatura anómalas da água do mar este verão e a tempestade. E o especialista faz outro aviso: "As ocorrências de tornados ou furacões no Mediterrâneo aumentaram nos últimos 10 ou 15 anos. E com base nas altas temperaturas é provável que tenhamos mais em setembro e outubro. O calor deste verão não traz nada de bom."

Quer se olhe para um estudo publicado ontem pela *Lancet Public Health*, que garante que até final do século as mortes devido a vagas de calor na Europa podem triplicar, com os números a subir descontroladamente em Itália, Grécia e Espanha, quer se olhe para os números da Organização Mundial de Saúde, segundo os quais, entre 2030 e 2050, as alterações climáticas deverão causar 250 mil mortes adicionais por ano, por subnutrição, malária, diarreia ou stress devido ao calor, o cenário é assustador.

É preciso agir agora se queremos poupar vidas no futuro. Ou no presente, afinal os efeitos das alterações já provaram que não poupam ninguém – nem mesmo milionários num iate.

OS NÚMEROS DO DIA

300

EUROS
O Governo vai criar um apoio para professores deslocados que estejam a dar aulas nas escolas com maior falta de docentes. O subsídio pode variar entre os 70 e os 300 euros.

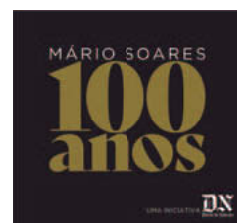
75

AFOGAMENTOS
Setenta e cinco pessoas morreram afogadas em Portugal continental até 31 de julho, o terceiro valor mais alto dos últimos cinco anos, segundo dados do relatório do Observatório do Afogamento da Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores.

320

VEÍCULOS
O Governo aprovou a aquisição de 320 veículos de emergência médica, numa despesa avaliada em 19 milhões de euros.

182

ATAQUES
O líder dos rebeldes Huthis do Iémen, Abdelmalek al-Huti, afirmou ontem que o movimento apoiado pelo Irão atacou 182 navios comerciais no Mar Vermelho desde novembro passado, após o início da guerra entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza.

23.8.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

José Luís Carneiro
"Tem havido decisões perniciosas ao Estado com a limpeza a eito em altos quadros"

ENTREVISTA DN/TSF O ex-ministro da Administração Interna não aponta erros às políticas públicas do PS sobre a imigração. Quanto ao aumento do suplemento de risco na GNR e PSP, Carneiro diz que "não é estrutural ao interesse do Estado". Defende que, para nomeações em áreas de soberania, o Governo consulte o líder do PS e, acerca do seu futuro político, diz que estará "onde o partido entender", destacando as autárquicas como "decisivas".

VALENTINA MARCELINO E NUNO DOMINGUES (TSF) FOTOS **REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS**

A imigração tornou-se, também em Portugal, um tema fraturante. Assume que as políticas públicas do Governo que integrou contribuíram para a atual situação que estamos a viver?
A imigração é hoje um fenómeno global que é, aliás, indispensável para os desafios que enfrenta a União Europeia (UE) e o nosso país. Quais são esses desafios? Em primeiro lugar, o desafio demográfico. Eu recordo que a Europa representou cerca de 20% da população mundial até 1950 e estima-se que possa representar 4,6% até 2050. Ou seja, a UE e também o nosso país, tem um desafio demográfico para enfrentar que é algo de vital a sua subsistência. Depois, porque também tem efeitos muito positivos no plano da economia e do rejuvenescimento social, da diversidade cultural e do enriquecimento cultural. Além do mais, é também essencial no financiamento das funções sociais, quer do modelo social europeu, quer também do nosso Estado Social. Recordo que, em 2023, o saldo líquido positivo de contribuições dos imigrantes para a Segurança Social foi de 1500 milhões de euros. Contribuíram com 1800 milhões, receberam de prestações do Estado 300 milhões. Se hoje temos contas públicas equilibradas, deve-se muito ao saldo líquido positivo da Segurança Social e para isso as contribuições dos imigrantes têm sido decisivas.

Esse é o lado bom da moeda. Mas há o reverso. Temos mais de 400 mil processos pendentes que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) herdou do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Temos filas intermináveis de imigrantes desesperados que não conseguem ver a sua situação resolvida. Além de que esta situação serve de munição a extremismos e a xenofobias, como sabe...
Sim, essa é a outra face da moeda, como aliás, acontece também no quadro dos países europeus. É por isso que o reforço das capacidades do Estado em termos de acolhimento, de integração, de proteção dos cidadãos migrantes seja de facto, um dos mais amplos desafios que tem as sociedades europeias. Porque desse bom acolhimento, dessa boa integração intercultural e, se quisermos, das sínteses culturais que se venham a produzir, nascerá um dos principais e mais amplos desafios às próprias sociedades democráticas. É por isso mesmo também que a Europa evoluiu desde a crise migratória de 2015 até ao atual Pacto das Migrações e do Asilo. Assim como as Nações Unidas também estabeleceram aquelas que são as suas prioridades no Pacto das Migrações. Fomos evoluindo para a separação das funções policiais, das funções de acolhimento e de integração.

"O reforço das capacidades do Estado em termos de capacidade de acolhimento, integração e proteção de migrantes é um dos mais amplos desafios da sociedade europeia."

Está a fugir ao elefante na sala, não é? Chegámos a este ponto no nosso país em resultado das políticas públicas do anterior Governo ou não, ou não assume isso?
Isso é uma visão muito simplista da realidade. Se olharmos para os fluxos migratórios, verificamos que os que entram de forma irregular vêm pelo Mediterrâneo Central e Oriental e pelos Balcãs. No ano passado foram cerca de 300, 350 mil imigrantes irregulares. Depois há vários milhões de imigrantes que entram em solo europeu e no espaço Schengen de forma regular, com vistos temporários até 90 dias e depois circulam na Europa por via terrestre. O que ocorre com os fluxos humanos, com aqueles que têm vindo para a Europa e para o nosso país, é que, em regra, depois desses 90 dias, os cidadãos acabam por encontrar atividades profissionais e ficam a nesses países. Ora, esses 400 mil que refere era o número que estava quando se constituiu formalmente a AIMA. Temos de nos lembrar que a AIMA nasceu em outubro, em novembro houve uma crise política e estivemos até ao fim de março, princípio de abril, para a tomada de posse do novo Governo pleno de funções.

Sem dar meios à AIMA...
Não era sequer possível, na altura, ter condições para poder proceder de forma diferente, porque o Governo estava em modelo de gestão. Dentro desses 400 mil há realidades muito diversas. Quando cheguei às funções de ministro da Administração Interna, também fim de março de 2022, tínhamos cerca de 250 mil processos pendentes de manifestações de interesse. Portanto, quando transitou em 2023, um ano depois, havia 300 e tal mil. Mas dentro destas 300 e tal mil estavam regularizações dos vistos CPLP, estavam pedidos de autorização de residência e estavam também pessoas que já tinham autorização, que estão no país e que querem fazer a sua renovação.

Quando chegou às funções, a

extinção do SEF já estava decidida. Em nenhum momento achou que era necessário mudar o caminho de alguma coisa para tornar o processo mais ágil ou mais produtivo?
Mas foram tomadas muitas decisões. Por exemplo, a primeira prioridade adotada, foi a de fechar aquilo que eram atribuições e competências das forças de segurança, porque é um elemento vital da nossa arquitetura de Segurança Interna e da segurança do próprio país. Nomeadamente, a definição de atribuições e competências da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Havia questões para clarificar. A segunda grande prioridade foi a da formação de agentes da autoridade democrática, militares da GNR e polícias da PSP, para as funções na fronteira marítima, na fronteira aérea e na fronteira terrestre, nomeadamente nos centros de cooperação policial e, posteriormente, a garantia da transição dos inspetores do SEF – numa solução consensualizada – para a Polícia Judiciária (PJ). Depois, houve a dimensão do acolhimento, da integração e, se quisermos, da documentação da regularização dos migrantes e da proteção internacional.
A parte policial foi o que correu bem, de facto. Mas continua a não explicar porque é que houve três anos para preparar a AIMA, que começa praticamente do zero?
O mais relevante é dar conta de que, quando a AIMA foi formalmente constituída, é o resultado de uma articulação e de uma cooperação entre vários ministérios, nomeadamente o da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), porque tem a tutela do Instituto de Registos e Notariado; com a ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), que ficou com a tutela das migrações; e também com o ministério da Presidência, que tutelava o Alto Comissariado para as Migrações. É no conjunto dessa concertação e dessa cooperação que se veio a fechar a solução da AIMA. Fechada a arquitetura institucional, ela entra em funcionamento em outubro de 2023. Como já referi, tivemos, infelizmente, uma crise política logo em novembro, que criou também um impasse durante alguns meses. Agora as decisões estão tomadas. De reforço dos meios. Uma decisão essencial, pois estava identificado esse problema.
Mas não devia de ter sido antes? Quer dizer, houve três anos para preparar todo este processo. Quando vê as filas intermináveis de imigrantes à porta da AIMA, quando vê imigrantes acampados aqui em Lisboa, não sente, de facto, que houve aqui alguma coisa que inevitavelmente não funcionou?
Estava em curso uma reforma estrutural duma arquitetura de segurança, de integração e de acolhimento. Naturalmente que isto trouxe consigo desafios novos e também acarretou essas dificuldades, nomeadamente no processo de regularização. Estava identificada a falta de meios no SEF, mas como havia sido tomada a decisão de extinção em 2021, era pouco prudente estar a abrir um procedimento de concurso para uma entidade em processo de extinção. Fechado que foi o processo AIMA, com certeza a abertura de procedimento para o reforço de meios humanos. Ao mesmo tempo, convém que se diga, estava em curso já um processo de digitalização no acesso e na decisão relativa a procedimentos de caráter administrativo para efeitos de regularização, quer em termos de *backoffice*, quer de *front office*, da própria AIMA. É, aliás, um dos objetivos que consta do Plano de Ação para as Migrações apresentado pelo novo Governo. E sobre este Plano, gostava também de deixar ficar uma felicitação e três questões que merecem ser esclarecidas. O aspeto que considero positivo é que o Governo recuou, e bem, na sua intenção de voltar a juntar as funções policiais com as funções de acolhimento, integração e proteção internacional.
E quanto às dúvidas?
O fim das manifestações de interesse é uma delas. Embora estivessem identificadas pelas forças de segurança como um ponto crítico da Lei de Estrangeiros, é evidente que também tinha a dimensão de permitir que os imigrantes que chegavam irregularmente tivessem uma porta de contacto com a administração para efeitos de regularização.
Mas tinha um efeito de chamada, não? E levou a que houvesse centenas de milhares de imigrantes sem o seu processo finalizado e muito tempo à espera...
As manifestações de interesse permitiam que, mesmo à distância, os imigrantes pudessem contactar com a Administração e fazer pedidos para a obtenção da autorização de residência, em regra, formulados por entidades que representam esses mesmos imigrantes. Desaparecendo o ponto de contacto, pode desaparecer também um fator de regulação desses fluxos. Mas estas dúvidas serão esclarecidas com o tempo. A segunda dúvida tem que ver com a intenção do Governo de criar uma nova Unidade de Segurança de Fronteiras no âmbito da PSP. Sei bem que quando são tomadas decisões desta natureza é devida uma prévia auscultação dos outros órgãos de polícia criminal, particularmente daqueles a quem a lei confere poderes no âmbito dos estrangeiros e, portanto, há que verificar se essa auscultação foi ou não realizada e se, tendo sido realizada, merece a concordância das outras forças de segurança. Por outro lado, o próprio Sistema de Segurança Interna (SSI) tem hoje já uma Unidade de Coordenação de Estrangeiros e Fronteiras, vulgarmente apelidado de "mini-SEF". Foi precisamente constituída para fortalecer integração dos vários sistemas de informação, de regulação e de segurança das nossas fronteiras. A terceira dúvida tem que ver com o modo como o Governo anunciou que queria alargar o âmbito dos vistos CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) para circulação no espaço Schengen. Ora, nós conhecemos as dúvidas que a Comissão Europeia tinha levantado sobre os vistos CPLP. Os vistos CPLP resultam de um acordo internacional no quadro dos países que integram esta comunidade, têm jurisdição territorial limitada a cada Estado membro. Agora, o Governo anunciou que queria alargar esta possibilidade a todo o espaço Schengen, de forma a que cidadãos que solicitem os

"Sem as manifestações de interesse, os imigrantes deixam de ter o ponto de contacto que lhes permitia, mesmo à distância, contactar a administração e pedir autorização de residência."

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

seus vistos possam depois circular em todo o espaço Schengen. É preciso acompanhar como é que o Governo vai alcançar este objetivo, porque o facto de ter sido anunciado criou uma expectativa muito elevada nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, particularmente em Angola e também em Cabo Verde...

É uma reivindicação desses desses imigrantes. Tem havido bastante pressão para esse alargamento... Mas pode provocar um novo efeito chamada...

Aqui não se coloca a questão do efeito de chamada. Coloca-se sobretudo a expectativa. De facto, quando avançámos com o visto CPLP, muitos tinham a expectativa de poder circular livremente no espaço Schengen. Só que essa circulação já não é só vontade do Estado português. Tem de ser vontade do conjunto dos Estados que integram o espaço Schengen. Por isso, será muito relevante que o Governo possa também, assim que possível, explicitar a forma como pretende cumprir este objetivo.

Aqui chegados, temos um problema de perceções, com o terceiro maior partido no Parlamento português a convocar uma manifestação contra a imigração descontrolada, contra a insegurança nas ruas e chega mesmo ao ponto de exigir um referendo sobre este assunto. Como é que saímos desta situação? Que soluções é que indicaria para enfrentar este problema, que é também um problema político?

O trabalho que estamos a fazer aqui hoje também cumpre esse objetivo. Trabalhamos para informar, para esclarecer e para desconstruir narrativas que têm, em regra, um alicerce demagógico e populista. Infelizmente, pela Europa toda e também noutros países do mundo, há hoje partidos que procuram instrumentalizar um conjunto de temas. O tema das migrações é um deles. Mas há outros, como a igualdade de género, o racismo, a xenofobia, a corrupção.

Passando agora às perceções de insegurança em determinados territórios, Porto e Lisboa, particularmente. Um autarca socialista, o Miguel Coelho, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, faz parte desse coro de protestos. Quando deixou o Governo tinha a noção de que era um fenómeno, seja ele de perceção, seja de desconforto dos autarcas, que estava a crescer?

Sim, tinha essa consciência. Aliás, tínhamos vindo a trabalhar com vários autarcas, quer com o do Porto, quer com o de Lisboa, além de outros das áreas metropolitanas, com quem, aliás, reuni, no âmbito da Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU) através da qual se procura, entre outras respostas, responder a este sentimento que se tem vindo a fazer sentir particularmente nas áreas metropolitanas. Porque a pandemia, por um lado, e os efeitos da guerra, por outro, trouxeram consigo um conjunto vasto de desafios e de complexidades, nomeadamente na delinquência juvenil, na maior agressividade, na intensidade da violência. Por isso mesmo tomei a iniciativa de criar uma Comissão Integrada (da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta) para estudar e recomendar medidas para enfrentar esses fenómenos. Mas há um esforço de cooperação que tem de ser feito por todas as entidades.

Como sabe, há um plano, pelo menos com 10 anos, para fazer a reorganização da PSP em Lisboa e no Porto. A resposta para estes fenómenos também passa muito por uma maior visibilidade policial, que aliás, é aquilo que é sempre pedido pelos autarcas. Porque é que este plano nunca saiu do papel? Este plano, aliás, prevê o encerramento de esquadras e temos autarcas, como Carlos Moedas em Lisboa, a dizer que é preciso abrir mais esquadras. Como é que acha que se consegue aqui encontrar a resposta certa?

A resposta tem de ser sempre um equilíbrio de duas dimensões: uma proativa social e uma proativa operacional. Na resposta proativa social, tem que ser desenvolvida a nível local, nomeadamente no que tem que ver com o trabalho de diagnóstico e de intervenção dos Conselhos Locais da Ação Social. Depois, no âmbito das próprias competências de segurança municipais, por forma a que se articulem com forças e serviços, quer de Saúde, quer de Segurança Social, que garantem respostas na Educação, no Desporto, na Juventude, na Cultura. Porque há dimensões que têm que ver com disrupções ou com fenómenos críticos do ponto de vista social, que exigem uma resposta social. Não podemos querer respostas policiais para dimensões que são de caráter social e de caráter preventivo.

> *"Não podemos querer respostas policiais para dimensões sociais e preventivas. (...) Se fosse por essa via que se solucionavam as questões sociais e criminais, seria relativamente fácil solucionar os problemas."*

> *"Na vida política é tão importante saber ganhar como saber perder. Ainda sou suficientemente novo, já não digo jovem, para abdicar dos meus deveres cívicos e políticos."*

Mas em relação à reivindicação de resposta policial, acha que é preciso fechar ou abrir esquadras para ter essa proximidade da população?

Já vou a essa questão, que é muito relevante. Se fosse por essa via que se solucionava as questões de natureza social e de natureza criminal, seria relativamente fácil solucionar o problema. Ou seja, a questão da visibilidade policial e do policiamento de proximidade é essencial e muito relevante. E para esse objetivo é importante a reforma do dispositivo policial.

Mas porque é que nunca saiu do papel?

Lembro que a nossa legislatura foi interrompida a meio do mandato.

Sim, mas governaram também noutras matérias e nesta não...

Convém lembrar que sempre que se toma uma decisão de encerramento, deve haver alternativas viáveis de garantia de garantia de segurança às populações, precisamente para que não se constitua nas perceções uma ideia de insegurança. E o que fizemos em relação às forças de segurança? Primeira grande decisão do Governo foi a Lei de Programação de Investimento em Infraestruturas e Equipamentos, 607 milhões de euros, prevendo a construção de novas esquadras, novos postos territoriais, a modernização de muitos dos equipamentos já existentes e também a modernização tecnológica.

Tínhamos preparado, já com testes-piloto desenvolvidos, um projeto de atendimento digital para ser localizado em várias freguesias no país, a ser desenvolvido pela GNR. Tínhamos também já testado com o senhor presidente da Câmara Municipal de Lisboa a criação da chamada Esquadra do Cidadão, por forma a que, em articulação com as Câmaras Municipais e com as Juntas de Freguesia, pudéssemos garantir dois objetivos, proximidade e visibilidade. Maior facilidade no atendimento, mas ao mesmo tempo também encerramento de infraestruturas e de equipamentos que hoje já não cumprem as funções para as quais foram efetivamente constituídas. Há também matérias que podem ser tratadas em sede municipal. Por exemplo, uma das principais queixas dos cidadãos tem que ver com o ruído nos grandes centros urbanos. Ora, os horários de funcionamento dos estabelecimentos de diversão noturna são estabelecidos em sede municipal, Câmara e assembleias municipais. Um outro exemplo são as operações mistas – e realizámos várias – em que entram polícias municipais, a PSP, a Autoridade Tributária, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a ASAE, a PJ para, de forma integrada, regular muitos dos fluxos de vida noturna que se constituíram de forma exponencial, quer pelo crescimento do turismo, quer também no pós-pandemia. Portanto, a regulação da vida nas cidades tem de ser sempre objeto de uma grande cooperação entre a administração central e a administração local e as próprias forças da sociedade civil.

José Luís Carneiro, estava aqui a ouvi-lo e parecia que estava no futuro, parecia que estava em agosto, setembro de 2025 e que estava a falar com o candidato à presidência da Câmara Municipal do Porto...

Esse tema tem ocupado o espírito de alguns. O essencial é o seguinte: o desafio das eleições autárquicas é, talvez, um dos mais importantes desafios particularmente para os dois grandes partidos portugueses, PS e PSD. O PS tem hoje uma ampla maioria de câmaras, mais 38 do que o PSD, que está coligado em vários modelos. O PS tem a maioria da Associação Nacional de Municípios Portugueses e na Associação Nacional de Freguesias. Mas há aqui dimensões que são prioritárias em detrimento de falarmos das personalidades. A primeira é a programática, ou seja, o qual é o modelo de políticas autárquicas que queremos no futuro?

Devem ser comuns ao país todo? O partido deve ter uma estratégia comum?

As autarquias e os poderes regionais são essenciais ao desenvolvimento, à coesão nacionais e ao próprio crescimento do país. Naturalmente que deve haver linhas mestras de desenvolvimento nacionais para as quais as autarquias possam e devam contribuir. Também há uma outra matéria que deve ser avaliada, depois da dimensão programática. Nas áreas metropolitanas qual é a política de alianças? Lembro que, para se ter uma pequena ideia, o PSD ganhou sozinho em 72 câmaras em 2021, mas fez 42 coligações. Ou seja, 72 mais de 42 câmaras em coligação. Onde está o CDS? Onde está o PPE? Onde está o MPT? Onde estão vários partidos?

O PS não fez...

O PS ganhou em 148 sozinho, uma com coligação e três em que apoiou candidatos independentes. É uma discussão que deve ser desenvolvida pela direção nacional. Não me quero substituir à direção nacional, mas tenho uma opinião. E estou, aliás, a falar de acordo com aquilo que, enquanto secretário-geral adjunto, fiz sob a orientação do dr. António Costa, na altura secretário-geral. Primeiro houve uma discussão sobre aquilo que são linhas de orientação programáticas em termos de políticas. Depois, discutimos e avaliámos a dimensão das alianças ou não, onde houvesse essa iniciativa, porque, por vezes, são as próprias estruturas locais e distritais que vêm ao encontro da direção nacional propor alianças. Por exemplo, temos uma aliança com o Livre em Felgueiras. Foi o próprio candidato apoiado pelo PS que propôs essa coligação. Depois devemos ter muito claros os objetivos eleitorais. Onde é que nos vamos bater para ganhar as eleições? Foi aquilo que fizemos em 2021, 2017 e 2013. O PS foi a força política mais votada nas autarquias. É mesmo o fator essencial, não apenas para a aplicação das políticas públicas, mas sobretudo para o próprio rejuvenescimento dos partidos políticos. Porque é a partir das eleições au-

tárquicas que se promove o grande rejuvenescimento político dos partidos. Por isso digo que as eleições autárquicas de 2025 são decisivas para os dois grandes partidos portugueses.

E é mais importante ter respostas a esses pontos de interrogação todos que colocou agora para perceber se quer ser candidato à Câmara do Porto ou se quer manter-se como uma alternativa à liderança do PS no futuro, não sendo uma coisa incompatível com a outra?

Sabe que na vida política é tão importante saber ganhar como saber perder. Estou aqui, naturalmente, no apoio ao secretário-geral que ganhou as eleições. Hoje há um só partido, há um só secretário-geral. Sou também relativamente novo para me demitir dos meus deveres cívicos.

Enquadra-se naquele capítulo do rejuvenescimento...

Ainda sou suficientemente novo, já não digo jovem, para abdicar dos meus deveres cívicos e políticos. Diria que termos hoje pessoas que entregam as suas vidas à vida política, é algo que deve ser enaltecido. Aqueles mais jovens que hoje estão também na direção do partido, que querem levar por diante esse legado de valores e de princípios, devem ser enaltecidos. Sempre estive e estarei no futuro onde o meu partido entender que melhor posso servir esses valores e esses princípios.

Não está fora do seu horizonte vir a ser de novo candidato à liderança do PS?

Neste momento, o tempo político é do secretário-geral, Pedro Nuno Santos. Como disse, nunca me demitirei dos meus deveres cívicos e políticos.

A partir de setembro a GNR e a PSP vão receber mais de 200 euros do suplemento de risco. Passa do a atuais 100 para 300 euros e até 2026 vão receber 400. É para si um amargo de boca não ter conseguido este aumento para os polícias?

Não, não é. Fiquei satisfeito por ter havido um acordo, porque isso contribui para dar tranquilidade às forças de segurança. Mas tenho a consciência de que houve uma instrumentalização de um sentimento de injustiça relativo que as forças de segurança constituíram relativamente ao suplemento que foi atribuído à PJ. A prova de que houve instrumentalização está na conclusão do acordo. Porque, sejamos honestos, as manifestações começaram porque os polícias queriam um suplemento equivalente ao da PJ e o acordo não estabeleceu um suplemento igual. Portanto, houve uma instrumentalização político-partidária de um sentimento de injustiça. Mas também já disse que a solução tem de ser duradoura e servir os interesses do Estado. Sejamos claros, nós tínhamos uma política em curso que foi interrompida a meio da legislatura. Como já disse, avançámos com a maior lei de programação de investimentos de 607 milhões de euros. Em 2017, tinha sido executada uma com 340 milhões. Dei um contributo muito relevante para a resolução dos problemas de alojamento, que tem que continuar, numa cooperação muito positiva com as autarquias. E tínhamos também em curso um processo de reforço das remunerações em 20% para as forças de segurança entre 2022 e 2026 e o meu antecessor aumentou o suplemento de risco da componente fixa de 70 para 100 euros, que foi atribuído a todos. Ou seja, não apenas aqueles que estão que estão no patrulhamento e expostos ao risco, mas também para aqueles que estão em funções administrativas, como aliás acontece agora. O que foi feito agora deveria ser reavaliado no futuro, quando for feita uma discussão mais estrutural. Se estamos a falar de suplemento de risco, temos de avaliar quem efetivamente está exposto ao risco. O Governo tinha feito uma revisão das carreiras gerais e estávamos a entrar na revisão das carreiras especiais, onde entram os órgãos de polícia criminal. Do meu ponto de vista, os titulares de responsabilidades políticas com tutela sobre os órgãos de polícia criminal, onde está o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Defesa Nacional, que tem a Polícia Marítima e os militares, o Ministério da Justiça, o Ministério da Economia, que tem a tutela da ASAE, devem, sob a coordenação do primeiro-ministro e com o acompanhamento do ministério das Finanças, avaliar a estrutura remuneratória e estabelecer um quadro de comparação relativamente equivalente para que funções e complexidade e exigência equivalentes haja uma remuneração base superior e equivalente. Isto permitirá fazer uma revisão aos suplementos que, nalguns casos, podem e devem ser integrados na estrutura remuneratória de base. Noutros casos, poderá também remunerar melhor as dimensões efetivas do risco quando elas existam e prevaleçam. Esta seria a abordagem adequada a uma solução estrutural. Porque a solução que até aqui foi adotada, embora tenha sido anunciado que se pretende fazer uma segunda ronda para avaliar as questões de natureza estrutural, é útil aos polícias momentaneamente, mas não é estrutural ao interesse do Estado.

Terminou na quinta-feira o mandato, já prolongado um mês, do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), o embaixador Paulo Vizeu Pinheiro, que foi nomeado pelo Governo socialista, sem que haja substituto para fazer a transição. Que leitura faz da gestão que o Governo tem feito nesta matéria?

Entendo que o Governo nestas matérias de soberania deve sempre promover um diálogo e a concertação com o principal partido da oposição, bem como com outras lideranças partidárias com quem entenda dever fazê-lo. É um dever, porque tem havido decisões que são muito perniciosas ao Estado na forma como se tem feito uma limpeza a eito em altos quadros da administração pública, sem cuidar de garantir que há uma transferência de conhecimento. Isto tem efeitos nocivos na própria administração pública. O argumento das indemnizações que, do meu ponto de vista, é demagógico, é apenas um argumento para ter aceitação popular, mas não é aceitável quando estamos a falar de funções que são relevantes e que têm conhecimento adquirido. A substituição de um alto dirigente da administração pública sempre que há mudanças políticas do governo, deve obedecer a um tempo destinado à transferência de conhecimento. No que respeita ao SSI, isso é ainda mais relevante, porque estamos a falar do mais importante órgão de decisão da mais importante estrutura de decisão estratégica sobre a segurança nacional. Quero aproveitar para deixar ficar uma palavra de gratidão ao senhor embaixador Paulo Vizeu Pinheiro, pelo trabalho que ele desenvolveu de cooperação, de diálogo e de integração das várias visões das forças e serviços que contribuem para a arquitetura de segurança interna. Teve uma demonstração muito clara e competente na gestão da Jornada Mundial da Juventude. Sei que a decisão de servir Portugal no âmbito da Aliança Atlântica está tomada, admito que haja alguma reserva também na escolha que venha a ser feita, mas a consulta ao maior partido da oposição e ao líder do maior partido da oposição deve existir. Se é que não foi feita, deve ser feita.

valentina.marcelino@dn.pt

António Leitão Amaro anunciou ontem que os professores deslocados terão um subsídio entre os 70 e os 300 euros.

TIAGO PETINGA / LUSA

Executivo decide "revogar erros do Governo anterior" e aposta na Educação

MEDIDAS Já estava previsto que o Conselho de Ministros anunciasse a regulamentação do suplemento de missão das forças de segurança, mas foi mais longe: liberalizou o Alojamento Local e quer mais professores.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

Como resultado do Conselho de Ministros de ontem, o Governo vai avançar com um "concurso extraordinário de vinculação de professores", com o objetivo de diminuir o número de "escolas com carência de professores", explicou o ministro da Presidência, António Leitão Amaro. Esta é apenas uma das várias medidas anunciadas para a Educação, com o objetivo de "revogar erros do Governo anterior". Mas o Executivo ainda procurou estar atento aos jovens, à emergência médica, aos pensionistas e às forças de segurança.

Para já, o Governo espera atribuir "um subsídio de deslocação para estas escolas" que têm escassez de professores, o que significa que os futuros professores deslocados poderão receber um valor que começa nos 70 euros e os vai até aos 300 euros, "em função da distância".

Como critério fundamental para aceder a este subsídio, a escola tem de ficar a pelo menos 70 quilómetros de distância da residência fiscal dos professores deslocados.

Este é uma das várias medidas para a Educação, que o Governo espera que responda a "uma situação" que classifica como "difícil" e que resulta de "uma falha estrutural que demorará a resolver".

Assim, também para colmatar a falta de professores nas escolas, o Governo decidiu avançar com uma bolsa de 750 euros mensais para bolseiros de investigação que se proponham a dar aulas.

O ministro criticou ainda o Governo anterior por, apesar de ter lançado um concurso público para suprir a falta de professores continuar a haver lacunas no setor. São "três mil horários sem professores" e "19 mil professores sem colocação", disse Leitão Amaro.

Estabelecendo como meta uma redução de até 90% destes casos, Leitão Amaro identificou um problema com duas dimensões. Se, por um lado, há "alunos sem professores nuns sítios", há também "professores sem alunos noutros sítios". "Se nada fizéssemos, seria uma situação grave", completou o ministro da Presidência.

Aposta na juventude

Sob o mote de "revogar os erros do Governo anterior", Leitão Amaro anunciou que o Executivo pretende combater "a pobreza menstrual", para além de avançar com a liberalização do Alojamento Local, contrapondo a regulação que o Governo de António Costa tinha avançado para este setor.

Leitão Amaro antecipou ainda que o Governo pretende investir 7,2 milhões de euros para criar o "cheque-psicólogo" e o "cheque-nutricionista", para além de destinar 7,5 milhões de euros para o alojamento estudantil.

Como justificação para este investimento, o governante destacou que há um perigo: O de haver "alunos prejudicados fortemente para o resto das suas vidas" pela situação na Educação, que terá de ser resolvida.

Veículos de emergência

O Governo também aprovou a aquisição de 320 veículos de emergência médica, que custarão ao Estado 19 milhões de euros.

De acordo com António Leitão Amaro, 120 desses veículos estão destinados aos bombeiros e os restantes vão para o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

"Muito importante esta valorização tornada realidade dos meios de trabalho de emergência médica em Portugal. É verdade que houve promessas, deliberações que até ficaram no papel no passado, mas nunca foram concretizados. Agora, com esta resolução do Conselho de Ministros que faz uma reprogramação de despesa, que representa cerca de 19 milhões de euros, viabilizamos a aquisição destes 320 veículos de emergência médica", explicou o ministro.

Pensionistas, PSP e GNR

A única destas medidas que já estava prevista desde o Conselho de Ministros anterior era a regulamentação do aumento da componente fixa do suplemento de missão da PSP e da GNR.

Ainda está dependente da promulgação do Presidente da República, mas, já em agosto e com retroativos a julho, as forças de segurança vão ter um aumento de 200 euros na componente fixa do subsídio de risco. Depois, no próximo ano, terão um aumento de 50 euros, o qual se repetirá em 2026. No final, o aumento total será de 300 euros, tal como tinha sido acordado entre os sindicatos e o Ministério da Administração Interna.

Também os pensionistas ficaram a ganhar, tendo em conta que o Governo aprovou "um decreto-lei que estabelece um suplemento extraordinário entre 100 e 200 euros por pensionista a pagar no mês de outubro", anunciou.

Este apoio extraordinário vai variar de acordo com a pensão auferida. Deste modo, os pensionistas que ganham 509,26 euros vão receber 200 euros, pago uma única vez em outubro.

Quem ganha entre 509,26 euros e 1018,52 terá um apoio de 150 euros. Por último, os reformados que recebem entre 11018,52 euros e 1527,78 euros vão receber um cheque de 100 euros.

Este apoio extraordinário, pago numa única prestação em outubro, abrange os pensionistas da Segurança Social, da Caixa Geral de Aposentações "e também, designadamente, de outro sistema que está integrado dentro do sistema público, como sejam os bancários", explicou o ministro.

Não vão receber este apoio os pensionistas que descontaram para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, porque não estão na esfera do Estado.

vitor.cordeiro@dn.pt

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Miranda Sarmento justificou a decisão com a existência de uma postura mais reativa do que preventiva.

Parpública. Administração também está de saída

MUDANÇAS Empresa que gere as participações do Estado junta-se à lista de 'remodelações' do Governo. Em maio, o primeiro-ministro já tinha avisado que era "natural" que houvesse "substituições de altos cargos".

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O Governo decidiu afastar a administração da Parpública, que gere as participações do Estado noutras empresas, confirmou ontem o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento.

A notícia foi primeiro avançada pelo *Jornal de Negócios* e depois confirmada pela Lusa, que falou com Miranda Sarmento, ainda que as justificações sobre este afastamento sejam escassas.

De acordo com a Lusa, referindo a informação inicial, a saída da administração foi justificada com a existência de uma postura mais reativa do que preventiva, bem como com a falta de prestação de informação atempada ao ministério.

No início deste mês, a Inapa, que tem como acionista principal a Parpública, confirmou o pedido de insolvência anunciado em julho. Na altura, a comissão executiva da empresa, numa carta de despedida aos trabalhadores à qual a Lusa teve acesso, explicava que "nunca foi possível" atingir uma solução de capitalização "por indisponibilidade" do maior acionista.

Na altura, o Ministério das Finanças disse que só soube da "situação crítica" em que estava a Inapa em 11 de julho (aquando da suspensão das ações) e que foi aí que convocou a Parpública, que explicou que a Inapa tinha pedido uma injeção de 12 milhões de euros para necessidades de tesouraria imediatas na operação na Alemanha, quando já tinha um pedido de 15 milhões de euros para reestruturação.

O financiamento acabou por ser chumbado e a empresa avançou com a insolvência.

Deste modo, a Parpública, que também gere a participação do Estado na TAP, integra a lista de remodelações que o Executivo liderado Luís Montenegro já realizou, desde que assumiu funções em abril, e que já fez baixas, por exemplo, na direção nacional da PSP.

Sobre este tema, Montenegro, em maio, depois de uma reunião da Concertação Social alegou que "há razões de natureza operacional e há razões de natureza da relação entre a tutela e a direção nacional da PSP", que estão ligadas ao "Programa do Governo e com o exercício da tutela". "É natural que haja substituições de altos cargos", explicou então.

Contactado pelo DN a propósito do afastamento da Parpública, o vice-presidente da associação Frente Cívica, João Paulo Batalha, critica o facto do país ter desenvolvido "uma burocracia enorme relacionada com o exercício deste tipo de funções, nomeadamente os contratos de gestão, que tanta polémica deram no caso da TAP, e que depois não se vê quando há uma exoneração de uma administração".

Neste caso em concreto, continua João Paulo Batalha, "o Governo não cita que parte do contrato de gestão é que não foi cumprida, que objetivos é que falharam", o que gera "uma explicação vaga que parece uma forma encapotada ou envergonhada de dizer, não confia".

"Portanto", conclui, "não são verdadeiros gestores públicos com a função de acautelar a boa gestão de bens públicos, são capatazes políticos", o que "fragiliza as instituições e a autonomia de gestão pública".

Presidente da República promulga aumento do suplemento dos polícias

DIPLOMA Marcelo confirmou a receção, durante a tarde de ontem, dos documentos do Governo e, "concordando", promulgou o diploma.

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou ontem à tarde o diploma que atualiza os suplementos das forças policiais. Em nota publicada no *site* oficial, a Presidência da República afirma: "Tendo acabado de os receber e concordando com o respetivo conteúdo genérico, o Presidente da República promulgou" três diplomas. Um deles é aquele que "procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelo pessoal policial da Polícia de Segurança Pública". No mesmo ato, o Presidente da República promulgou ainda os diplomas que criam o novo Conselho Nacional para as Migrações e Asilo - este órgão consultivo será presidido pelo socialista António Vitorino e terá cerca de 20 membros e será constituído por dois deputados designados pela Assembleia da República. O terceiro diploma aprovou a criação do Fundo para a Aquisição de Bens Culturais.

A promulgação surgiu algumas horas depois de Marcelo Rebelo de Sousa ter escrito, em nota, que ainda não tinha dado entrada em Belém o diploma dos suplementos para as forças de segurança, mas ter garantido que, "logo que dê entrada na Presidência da República, o diploma será promulgado de acordo com as declarações já prestadas pelo Presidente da República".

No 'briefing' após o Conselho de Ministros desta quinta-feira, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmara que o Governo aguardava apenas a promulgação pelo Presidente da República para processar o pagamento do aumento do suplemento de risco para as forças de segurança, tendo a regulamentação do suplemento sido hoje aprovada em Conselho de Ministros.

"Estaremos preparados para fazer o pagamento no processamento entre salários. Exista a promulgação do Presidente da República e estamos preparados para em pouco tempo fazer esse processamento", disse o ministro da Presidência. O acordo entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e cinco dos sindicatos da PSP e associações da GNR para o aumento faseado de 300 euros no suplemento foi alcançado no passado dia 9 de julho. Além do aumento de 300 euros, passando a variante fixa do suplemento fixo dos atuais 100 para 400 euros, o acordo assinado prevê também revisão do estatuto profissional, alterações na tabela remuneratória em 2025 e na portaria da avaliação, revisão das tabelas dos remunerados e via verde na saúde.

DN COM LUSA

Marcelo promulgou três diplomas durante a tarde de ontem.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

João Pinho de Almeida e Paulo Núncio constituem o grupo parlamentar centrista nesta legislatura.

"Pessoas que menstruam" diferenciam CDS do PSD

AD Deputados centristas questionam campanha da DGS e eutanásia. Iniciativa foi concertada com parceiros, mas permite marcar distâncias.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A posição da ministra da Juventude, Margarida Balseiro Lopes, que se referiu a "pessoas que menstruam, onde se incluem as pessoas transgénero e não-binária", em resposta à pergunta da bloquista Joana Mortágua sobre as críticas de alguns deputados sociais-democratas à linguagem neutra utilizada num inquérito *online* da Direção-Geral da Saúde (DGS), levou o grupo parlamentar do CDS a marcar distâncias em relação ao parceiro de coligação. E, mais concretamente, a perguntar se "as campanhas desta natureza devem usar fórmulas que não estimulem polémicas desnecessárias, evitando dividir a sociedade à volta de agendas sociais fraturantes".

João Pinho de Almeida e Paulo Núncio, que foram eleitos nas listas da Aliança Democrática (AD), defendem que "não faz sentido a adoção, por autoridades públicas, de fórmulas de linguagem nascidas em perspetivas de reconstrução social que dividem profundamente a sociedade". E, na medida em que "a menstruação é uma consequência biológica só possível no sexo feminino", e que "apenas as mulheres – que nascem com útero – menstruam até determinada fase da sua vida", os deputados centristas consideram que o termo utilizado pela DGS pode ser considerado ofensivo. "Essa linguagem é desrespeitosa para as mulheres, que deixem de ser tratadas como tal para serem incluídas numa referência genérica a pessoas que menstruam", escreveram na pergunta ontem entregue na Assembleia da República, e destinada ao ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte.

Apesar do choque frontal com Balseiro Lopes, que não só é ministra da Juventude mas também uma das vice-presidentes do PSD, a direção do CDS garante ter cumprido "todas as obrigações em termos de lealdade institucional", através de "contactos prévios" dentro do Governo e, diretamente, com os sociais-democratas. E, visto que este tema – tal com o o da eutanásia, que também motivou uma pergunta do grupo parlamentar centrista – ficou omisso no acordo de coligação, defende-se que "não há nenhum problema entre os dois partidos" e sim "apenas uma afirmação de posições consolidadas do CDS nestas matérias, conhecidas do PSD".

> Reagindo a inquérito da DGS, o CDS defende que "as campanhas desta natureza devem usar fórmulas que não estimulem polémicas desnecessárias".

No que toca à eutanásia, a pergunta dos centristas deveu-se a notícias a dar conta de que o Ministério da Saúde estaria a regulamentar a Lei da Eutanásia, apesar do entendimento de que tal só acontecerá após o Tribunal Constitucional deliberar sobre dois pedidos de fiscalização. O CDS admitiu que tudo não passaria de "um lapso de comunicação", o que foi confirmado pelo ministro da Presidência. Leitão Amaro garantiu que o Governo não está a trabalhar em "nenhum diploma nem projeto de lei relacionado com a morte medicamente assistida".

Opinião
Nuno Piteira Lopes

O maior festival de música com entrada livre

Cascais, com as suas belas paisagens, praias deslumbrantes e um património cultural riquíssimo, é o cenário perfeito para o maior festival de música, totalmente gratuito, do país.

As Festas do Mar, que se iniciaram ontem, são muito mais do que uma simples celebração, são um símbolo da identidade do concelho e um motor de vitalidade cultural e económica para a região.

Este megaevento, que ocupa a Baía de Cascais, oferece um programa diversificado que combina música, arte e tradição. Ao longo dos próximos dias, tanto residentes como visitantes têm a oportunidade de assistir a concertos ao ar livre de alguns dos maiores nomes da música portuguesa, além de espetáculos de fogo de artifício que iluminam a baía e criam momentos inesquecíveis. A par disso, a feira de artesanato e gastronomia local permite que os visitantes descubram o melhor que a região tem para oferecer em termos de cultura e sabores. Este evento, que atrai milhares de pessoas, tem uma importância vital para o concelho de Cascais. Em termos culturais, as Festas do Mar são uma ocasião para celebrar as tradições locais, reforçar o sentido de comunidade e promover a cultura portuguesa junto de uma audiência diversificada. Além disso, é uma oportunidade para os artistas locais ganharem visibilidade e reconhecimento.

Economicamente, as Festas do Mar têm um impacto significativo. Durante este período, há um aumento substancial no turismo, que beneficia diretamente a economia local. Hotéis, restaurantes, lojas e outros serviços veem as suas atividades intensificadas, gerando receitas importantes para o concelho. Este evento também contribui para a criação de empregos temporários, tanto nas áreas ligadas à organização e logística do evento como nos setores de comércio e serviços. As Festas do Mar são, acima de tudo, um reflexo da identidade de Cascais. Celebrando a ligação íntima da Vila com o mar, este evento destaca a importância das suas tradições marítimas, reforçando o orgulho local e promovendo a coesão social. Para os cascalenses, as Festas do Mar são uma oportunidade para se reunirem e celebrarem em comunidade, enquanto, para os visitantes, são uma janela aberta para a riqueza cultural e a hospitalidade da região.

Visitar Cascais durante as Festas do Mar é uma experiência única que combina diversão, cultura e a beleza natural da região. É um evento que celebra o que de melhor o concelho tem para oferecer e que reforça a sua importância no panorama cultural e turístico de Portugal. Sintam-se, por isso, convidados a participar nesta grande festa e a descobrir o encanto de Cascais – um destino que, com certeza, ficará na memória de todos.

Venham à Baía de Cascais, onde, até dia 1 de setembro, o mar, a música e a cultura se unem para criar momentos de pura magia.

Vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais

Opinião
António Capinha

Entidade para a Transparência ou para a Opacidade?

Quando julgamos que o país avança, as instituições se reforçam, a transparência é maior, o direito à verdade ganha espaço, eis que, de supetão, levamos um murro no estômago.

Senão vejamos!

Até ao ano de 2019, quando foi aprovada a lei 52/2019, os jornalistas que quisessem consultar os rendimentos e o património da classe política podiam fazê-lo através de um singelo pedido ao Tribunal Constitucional, que, com toda a liberdade e de um modo imediato, dava acesso aos elementos solicitados, sem qualquer restrição.

Eis, então, que no ano de 2019 o complicómetro político ou jurídico foi acionado e foi criada a Entidade para a Transparência (EpT) para gerir o acesso dos jornalistas e de qualquer cidadão ao património e aos rendimentos dos políticos.

Hoje, um jornalista, para consultar o património e os rendimentos da classe política tem de apresentar à EpT um requerimento com uma "fundamentação alargada" sobre o fim a que se destina o referido pedido.

O que era simples e imediato, tornou-se difícil, mais moroso, mais complicado, com escapatórias que podem deixar um pedido congelado, sem resposta, sabemos lá por quanto tempo.

Tudo isto é uma aberração. Os jornalistas são responsáveis pelas informações que recebem e são eles que escolhem e decidem o tratamento que dão a essas mesmas informações, dentro da legalidade e dos parâmetros jurídicos que regem a profissão. Se violarem a lei lá está a Justiça e os tribunais para os julgarem por eventuais erros cometidos.

Ou seja, com esta iniciativa da aplicação da Lei 52/2019, o país gastou mais dinheiro e a máquina burocrática do Estado cresceu. Foram contratados mais funcionários, foi gasto mais dinheiro dos nossos impostos em novas instalações, a burocracia aumentou. Mas o mais grave é que o país perdeu terreno no que respeita a um elemento essencial da transparência democrática que é o dos cidadãos, através da Comunicação Social, conhecerem, sem restrições, os rendimentos e o património dos políticos.

Escuso-me de vos recordar quem estava no poder em 2019! António Costa, pois claro.

Ou seja, o país tem hoje uma legislação que é mais restritiva e condiciona a liberdade de imprensa. Caminhamos, assim, em sentido contrário ao que se verifica na esmagadora maioria dos países da Europa.

Teria sido apropriado que, em vez de termos gasto recursos para criar novos instrumentos jurídicos restritivos da liberdade, tivéssemos, por exemplo, olhado para o exemplo da Noruega.

Trata-se de um país onde existe um total acesso às informações e ao cadastro fiscal de qualquer cidadão, independentemente da posição que ele ocupa na hierarquia da sociedade. Seja rico, remediado, empresário ou trabalhador, político ou sindicalista, cidadão norueguês ou imigrante, empregada doméstica ou estudante, qualquer indivíduo que viva na Noruega está sujeito ao escrutínio de todos, no que respeita aos impostos que paga e aos rendimentos que aufere.

O país tem hoje uma legislação que é mais restritiva e condiciona a liberdade de imprensa.

Ou seja, os assuntos tributários na Noruega são públicos desde a segunda metade do século XIX.

Naturalmente, este processo de transparência tem consequências positivas. A primeira, e mais importante de todas, é que a Noruega é um dos países menos corruptos do mundo. E é, também, o país onde existe uma maior igualdade de salários. Num processo aberto, todos sabem qual o vencimento do colega que se senta na secretária ao lado, pelo que se torna difícil a existência de grandes disparidades salariais.

Outra consequência é que são bastantes mais baixos os salários dos Executivos das empresas. Compreende-se, facilmente, porquê. O escrutínio do todo social numa fábrica ou num grande supermercado é muito mais rigoroso da parte dos seus trabalhadores, relativamente ao que auferem os quadros superiores das empresas, evitando assim que os salários dos gerentes e afins atinjam níveis astronómicos.

Ainda uma outra consequência é que a Noruega é dos países onde o salário das mulheres se aproxima mais do salário dos homens. Mais uma vez, o resultado do processo de uma total transparência sobre os rendimentos e os impostos que cada norueguês paga.

Tudo, pois, ao contrário do que se pratica por cá. Com a Lei 52/2019, a Entidade para a Transparência talvez deva mudar o nome e passar a chamar-se Entidade para a Opacidade.

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

Parques naturais, carapauzinhos e camartelos

Um trabalho do jornalista Idálio Revez, no *Público* de 20 de agosto, retrata bem a história recente da expansão do turismo no Algarve associada ao desrespeito pela lei, pelo património natural e pelas pessoas, a propósito da zona do Vale da Telha, concelho de Aljezur, nas últimas décadas do século passado e até hoje. E também, igualmente conveniente, o tempo e o valor das decisões judiciais e dos processos administrativos autárquicos, todos concorrendo para um mesmo resultado. Fazendo parte desse resultado mais de duas mil casas construídas sem licença de habitação, num loteamento considerado ilegal pelos tribunais, falta de infraestruturas de saneamento e de tratamento de esgotos, abandono do espaço público e continuação das vendas das casas e dos terrenos para construção como se nada fosse, numa área que faz parte do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Ao contrário do que é mais comum, este processo até teve dois autarcas condenados a penas de prisão, Manuel Marreiros e José Amarelinho, antigos presidentes da Câmara Municipal de Aljezur (e Marreiros atualmente vereador), apresentados por PS e PCP. E depois disso? "As vendas estão a sair muito bem", diz um agente imobiliário da vila ao jornalista. E, portanto, não se deve agora continuar a perturbar a vida de toda a gente, ou seja, da empresa dona da urbanização ilegal, dos autarcas, dos vendedores imobiliários, dos compradores de boa e de má-fé. "A herdade, com uma área aproximada a 550 hectares – dimensão da cidade de Faro –, permanece no limbo da legalidade. Sentenças judiciais não foram cumpridas, ordens de demolição não acatadas, e centenas de pessoas reclamam a regularização do existente. 'Há uma realidade jurídica complicadíssima', reconhece o director do Departamento de Obras e Urbanismo municipal, (...) lembrando que o empreendimento se situa em área protegida", escreve-se.

Num país em que a cultura é a de fazer betão e assentar tijolo como sinónimo de sucesso pessoal e coletivo e de progresso local, a realidade será sempre complicadíssima, aceita-se o termo do diretor municipal, especialmente quando se incumpre a lei e as decisões dos tribunais.

E não, não se está a falar de realojar milhares de pessoas que viviam em barracas no 25 de Abril em torno e dentro de Lisboa ou de criar habitação para milhares de regressados das ex-colónias. Estamos a falar de habitações para férias, numa área protegida, numa história que terá começado simplesmente, como tantas outras, naqueles ímpetos de cupidez e de impunidade que, para demasiados, são ainda vistos como sinal de iluminação pública e notória, neste nosso aparente *shark tank* afinal só de carapauzinhos e já fritos. Não posso garantir que, no caso, se tenha juntado a fome com a vontade de comer, mas...

Também por isso, quanto mais se clama por regionalização e descentralização, deferindo poderes e autonomia crescentes a uma escala local, mesmo quando esta é demasiado frágil e dependente para a decisão pública, mais me convenço que a ferramenta mais útil de gestão aqui pelo baldio seria o tão impopular e desusado camartelo.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

João Pedro Marques

"A escravidão é uma velhíssima instituição, não foi inventada pelos europeus quando chegaram a África"

HISTÓRIA Por ocasião do Dia Internacional da Recordação do Tráfico de Escravos e da sua Abolição, o DN conversou com o historiador e investigador João Pedro Marques, responsável por diversos trabalhos dedicados à escravatura. Uma viagem que começa muito antes dos Descobrimentos portugueses.

ENTREVISTA **ISABEL LARANJO**

Por que motivo é que se foi escolhido o dia 23 de agosto como o Dia Internacional de Recordação do Tráfico de Escravos e da sua Abolição?

No meu entender é uma "malandrice" da UNESCO. Em 1791, em plena época da Revolução Francesa, numa colónia francesa, que hoje em dia se chama Haiti, mas que na altura se chamava Saint-Domingue, estalou uma grande revolta escrava, que começou na noite de 22 para 23 de agosto. Foi um pandemónio durante imenso tempo no Haiti, que viria a tornar-se independente e a atribuir a si próprio o nome de Haiti, em 1804, 13 anos depois. O próprio Haiti e outros países africanos, sobretudo Senegal e por aí fora, gostam de dizer que foi esta revolta escrava que provocou a abolição do tráfico de escravos. Em minha opinião, é mentira. O tráfico de escravos foi abolido por países ocidentais tempos depois, muitos anos depois. Em Inglaterra em 1807, em Portugal em 1836, e por aí fora. Aliás, na minha opinião, esta data devia ser assinalada no dia 25 de março, porque foi nesse dia, em 1807, que os ingleses aboliram e levaram outros países a abolir a escravatura. Foi esse o momento essencial na luta contra o tráfico de escravos.

A escravatura não é uma invenção portuguesa do século XV?

A escravidão é uma velhíssima instituição, não foi inventada pelos europeus quando chegaram a África. Aliás, a escravidão é que é regra, não é a liberdade. Ao longo dos milénios, a escravidão sempre existiu. Existiu no Oriente, na Coreia, na China, na América, antes de chegarem os descobridores, na Europa. No tempo do Império Romano, para ter uma ideia, calcula-se que o tráfico de escravos tenha andado, pelo menos, na ordem dos 100 milhões de pessoas. Pense que o tráfico, através do Atlântico, o tráfico de negros africanos para as Américas, foram 12 milhões e meio. No Império Romano a esmagadora maioria eram brancos. Era difícil atravessar o deserto do Saara, os dromedários ainda não estavam domesticados e, portanto, não havia maneira de passar para chegar até à zona que os negros habitavam. Por outro lado, havia uma disponibilidade, logo ali, através das guerras, daquelas populações germânicas, depois eslavas. Repare que a palavra escravo vem de eslavo: são os russos, os polacos, os atuais lituanos e ucranianos. Eram os escravos.

O que aconteceu no século XV?

Deu-se ali uma coincidência de duas coisas dramáticas para os negros. Por um lado, os mercados que abasteciam de escravos toda a zona do Mediterrâneo e o mundo muçulmano, com a conquista de Constantinopla, com o avanço dos turcos para essa zona, para a zona do Bósforo, da Grécia, da Península Balcânica, cortaram o acesso ao Mar Negro, de onde vinham a maior parte desses escravos brancos. E, portanto, eles deixaram de chegar à Europa. E depois houve também a expansão marítima.

Qual era o critério para escravizar uma pessoa?

Muitos dos escravos eram crianças abandonadas. Era frequentíssimo. O abandono das crianças, na antiguidade, alimentava a escravidão, porque havia gente que tomava conta delas para depois as vender. [Havia] a guerra, o abandono, pessoas que, para não morrerem de fome, se entregavam como escravos de alguém para poderem comer. Isso em África, por exemplo, era comum. Nas zonas de seca, como Angola, isso não era invulgar. Em certas zonas também havia escravidão relacionada com crimes. E por dívidas, as pessoas entregavam-se a si próprias ou membros da sua família, um filho, por exemplo, como escravo. A escravidão teve várias fontes a alimentá-la. No século XV, para voltar à sua pergunta, ao mesmo tempo que os turcos otomanos cortam o abastecimento de cristãos e a passagem de cristãos para a zona do Mar Negro, e, portanto, cortam a chegada de escravos vindos nessa zona, os portugueses estão a avançar ao longo da costa da África.

> *"Muitos dos escravos eram crianças abandonadas. (...) A guerra, o abandono, a própria entrega das pessoas, para não morrerem de fome (...), a escravidão teve várias fontes a alimentá-la."*

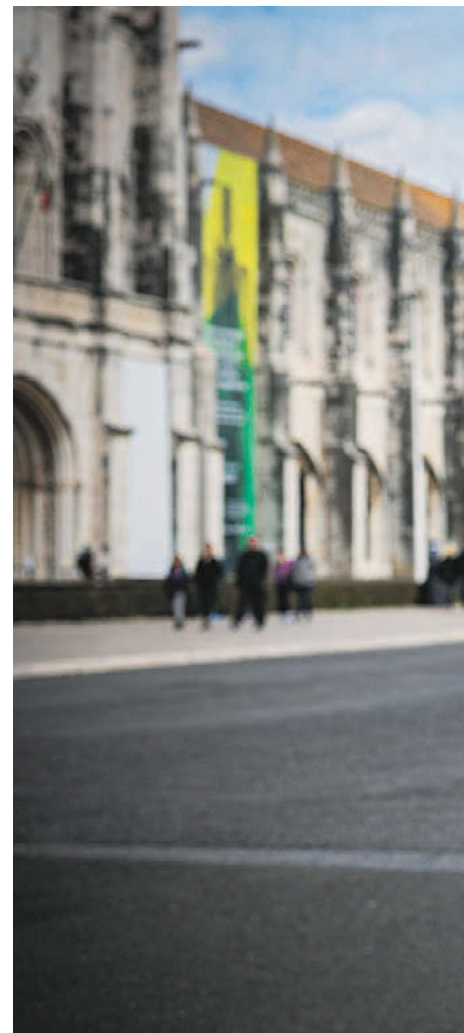
Com a expansão marítima?

Exatamente. Estão a fazer o início dos Descobrimentos e vão encontrar em África gente disposta a vender. A terceira razão, que ainda estimula mais a escravização é a descoberta da América, que exige mão de obra. Portanto, já não chegam escravos brancos vindos do Mediterrâneo e vindos da zona do Mar Negro. Mas há disponibilidade em grande número de escravos negros e são muito necessários nas Américas.

Também foram escravizadas pessoas nas Américas, correto?

Sim, mas o problema é que não resistiam e morriam massivamente. Coisas que para nós, enfim, não eram mortais como certos vírus, por exemplo a gripe, para eles, que não tinham qualquer tipo de defesa imunológica, foi um desbaste enorme. Segundo, eram populações que não conheciam ainda a agricultura, nem o trabalho em metais, nem o próprio trabalho. Resistiam, trabalhavam mal, fugiam, morriam por recusa do trabalho. Além disso, conheciam bem o território, o que lhes permitia escapar. No caso dos africanos, ao princípio parece uma coisa ilógica, não é? Atravessar o Atlântico para ir buscar gente quando se tem gente ali na América. Mas, de facto, era essa a razão. Os africanos estavam disponíveis, já conheciam eles próprios a escravidão. Já existia em África e era largamente usada a compra e venda de pessoas e a exploração de pessoas para vários fins: para trabalhar na agricultura, para sacrifícios humanos, para serem sacrificados em festas. Isso foi uma prática que se manteve até praticamente ao século XX, até à época do colonialismo. E era mais barato. Eram comprados muitas vezes com coisas que na Europa tinham escasso valor, mas que em África tinham um valor muitíssimo alto.

Como por exemplo?

Os têxteis que os europeus disponibilizavam, que eram melhores do que os que conseguiam fabricar em África. O álcool, a aguardente, por exemplo, que era muitíssimo apreciado em África. O tabaco também, em certas zonas da África. As armas, a pólvora. Criou-se ali uma complementaridade. Era vantajoso para os ocidentais e era vantajoso para os chefes. Para os escravos não, claro. Mas era vantajoso para os chefes africanos

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

porque aqueles produtos que vinham da Europa garantiam poder e prestígio social.

E também houve um movimento de pessoas escravas vindas da rota da Índia, não foi?

Houve, mas pouco. O Camões teve um escravo javanês, o Jau. Mas o grande movimento da escravatura portuguesa é realmente esta rota atlântica do século XV-XVI, que ficou até o século XIX.

Mas antes disso já havia escravatura em Portugal.

Já. Eram, por exemplo, os escravos mouros. A parte das populações que foram vencidas. E já tinha havido escravatura no tempo dos romanos. Para ter aqui uma perspetiva mais aproximada, quando Portugal se formou como nação, como Estado independente na Idade Média e que depois expandiu o seu território através da Reconquista de terras para o Sul, até ao Algarve, parte da população vencida, muçulmana, ficou escrava. Antes de os escravos negros terem chegado a Portugal, já cá estavam os escravos mouros.

Ou seja, foi um movimento que nunca parou até ao século XIX, à abolição?

Decretada pelos países ocidentais, sobretudo pela Inglaterra. E que, em minha opinião, para voltarmos ao princípio da conversa, nada tem a ver a revolta de escravos do Haiti. Pelo contrário, muitas vezes o que acontecia é que essas revoltas de escravos faziam endurecer a repressão. Aqui em Portugal, a abolição nada tem a ver com qualquer revolta escrava.

É reconhecido o papel do Marquês de Pombal nas primeiras reformas em relação à escravatura.

A pessoa importante, que é sempre esquecida, o abolicionista, é o Sá da Bandeira. O Marquês de Pombal é mais por razões de humanidade e porque no século XVIII já havia alguma contestação entre as pessoas educadas, porque aquilo era uma brutalidade enorme e as pessoas começavam a ter notícia do que se passava: as condições de transporte, as condições de exploração daqueles desgraçados nas plantações ou nas minas e, portanto, havia já um movimento de contestação do tráfico de escravos e da escravidão. E o Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, aboliu o tráfico de escravos, mas apenas aqui para o território metropolitano. E aqueles que vinham para o Portugal Europeu eram uma minoria.

> *"(...) No século XVIII já havia alguma contestação entre as pessoas educadas, porque aquilo era uma brutalidade enorme e as pessoas começavam a ter notícia do que se passava."*

Mas aqui, pelo menos em Lisboa, as populações nobres ou mais abastadas tinham escravos.

Tinham, mas não muitos. Era sobretudo gente que vinha das colónias, que vinha do Brasil ou que vinha de Angola e que trazia os seus escravos para a Europa. Não era comum, nessa altura, uma pessoa que nunca tinha saído daqui ter muitos escravos. A partir do Marquês de Pombal passou a ser impossível tê-los. Porquê? Porque, por um lado, passou a ser impossível trazê-los para cá e, por outro, para os que já cá estavam, ele fez uma outra lei, em 1773, que vai libertar os filhos das mulheres escravas. Ao fim de uma geração, essas pessoas tornaram-se livres. Foi a chamada *Lei do Ventre Livre*. No século XIX, Sá da Bandeira, que é o grande abolicionista português, vai decretar o fim do tráfico de escravos em 1836. Depois, com várias leis sucessivas, entre 1853 e 1875, foi-se abolindo a escravidão nas colónias, mas o Brasil já era independente.

Mas o número de escravos transacionados, o total, inclui Brasil e Portugal.

Foram os americanos e um inglês que fizeram essa tabela. E tiveram a infeliz ideia de juntar os números do Brasil e de Portugal. Também juntaram os números do Uruguai e Espanha. Mas, em contrapartida, não juntaram os números dos Estados Unidos e Inglaterra. Isto é enganador para quem lê. Quem olha para aquela tabela vê 5,8 milhões de escravos transportados… Depois, os ativistas começaram a dizer que Portugal tinha enviado para o Novo Mundo mais de seis milhões de pessoas. Mas aquilo é um número que junta Portugal ao Brasil.

É um número enviesado, até porque a escravatura continua no Brasil já depois da independência.

Muito enviesado! E o Brasil independente continuou a fazer tráfico de escravos, até aos anos 1850. Mas nesses 30 anos, em que se separou de Portugal até proibir a entrada de escravos no seu território, o Brasil importou 1,3 milhões de escravos. E esse número entra nos dados de Portugal. Portugal, de facto, é responsável por 4,5 milhões.

Qual é a data oficial da abolição da escravatura em Portugal?

Sá da Bandeira fez a coisa às prestações. Os escravos tornavam-se libertos mas ainda obrigados a trabalhar durante alguns anos. Portanto, a data em que a escravatura acabou foi 1869 mas alguns desses escravos ainda ficaram obrigados a trabalhar até 1875.

Porque é que não ficaram logo livres?

Havia dois métodos para libertar os escravos. O método que seguiram os franceses, ingleses, holandeses, que era indemnizar os proprietários. Depois, a segunda modalidade, era fazer a coisa de forma gradual para que os donos dos escravos pudessem continuar a usar o seu trabalho até eles se tornarem maiores, aos 20, 25 anos.

Quando ficavam livres eram entregues à sua sorte? Como é que se inseriam na sociedade?

Não, não ficavam entregues à sua sorte. Os que eram capturados, por exemplo, num navio negreiro, não iam de novo para África porque isso seria reintroduzi-los no circuito. O que é que se fazia a essa gente? Passavam por um período de aprendizagem, normalmente de sete anos, durante o qual aprendiam um ofício, como carpinteiro, marceneiro. Findo esse período de aprendizagem eram livres mas com uma possibilidade de poderem ganhar a vida.

Fiz uma visita em Lisboa [ver página 14] onde nos foi dito que as escravas eram sobretudo domésticas e que os escravos eram aguadeiros ou faziam os despejos de excrementos.

Era assim que sucedia. Aqui não se produzia açúcar nem tabaco. Por exemplo, no Brasil, em que se produzia açúcar, o escravo tinha um trabalho duríssimo. Era um trabalho contínuo porque no momento em que a cana é cortada tem de ser processada no máximo em dois dias, senão o suco azeda e deixa de ter interesse. Era um trabalho exaustivo, trabalhavam o dia todo, em turnos. Nas cidades os escravos usavam-se de outra forma: como domésticos, tratavam das famílias. E havia os escravos de ganho, que eram os escravos que as pessoas alugavam para fazerem trabalho. As mulheres muitas vezes para prostituição e os homens para carregarem coisas. Em algumas situações, o escravo podia ficar com uma parte do que ganhava. Isso dava-lhes, por acumulação, adiante, a possibilidade de poderem comprar a sua liberdade.

Qual foi o primeiro país a abolir a escravatura?

No mundo colonial foi a França, mas foi uma abolição intermitente. Foi em 1794, mas depois Napoleão, em 1802, restaurou a escravatura.

A escravatura foi abolida mas no século XX, no Ultramar português, por exemplo, havia pessoas que não sendo escravas trabalham num regime de quase escravatura.

Sim, sem dúvida. A escravatura é que é o vulgar. A escravização dos outros é o comum ao longo da história. A sua supressão e ilegalização é recente. E se, por qualquer razão, o Estado amaina a sua posição, ressurge. Nós até vemos aqui, de vez em quando, que há notícias, em Portugal de gente escravizada.

Qual foi o último país do mundo a acabar com a escravatura?

Mauritânia, a acabar legalmente, já em pleno século XX [1981].

isabel.laranjo@dn.pt

O Terreiro do Paço era o local de desembarque dos escravos; à direita, o Campo das Cebolas e, em baixo, muitos africanos que ainda se juntam perto da Igreja de São Domingos.

PAULO ALEXANDRINO

De Alfama à Igreja de São Domingos: um roteiro da escravidão em Lisboa

VISITA GUIADA O DN juntou-se a um *tour* onde é possível encontrar vestígios da escravatura e saber mais sobre o modo de vida dos escravos: do trabalho aos hábitos passando pela forma como eram tratados.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

"Escolhi Alfama para o início desta visita por ser o bairro mais antigo de Lisboa, que foi habitado pelos vários povos que para cá vieram e todos eles com uma ligação à escravidão. Os fenícios, os visigodos, os mouros. Aliás, próximo da rua de São João da Praça existiu um mercado escravo", começa por dizer Rui Fernandes, guia turístico. Acompanhamos a visita guiada, de mais de três horas, pelas ruas do centro da capital onde houve presença escrava. Chama-se *The Slave Trade in Lisbon – A Historical Walking Tour* e foi conduzida em inglês, mas também está disponível em português.

Percorremos as ruas estreitas de Alfama e somos conduzidos até ao Chafariz d'El Rei. Rui mostra uma ilustração de um quadro do século XVI. "Há vários negros representados, porque os artistas da época gostavam de os incluir nas suas pinturas, dado que faziam parte da vida da cidade." Muitos "eram aguadeiros, por exemplo, e vinham aqui abastecer-se".

O caminho leva-nos até ao Campo das Cebolas, onde o guia aponta para a Casa dos Bicos, "das poucas construções quinhentistas ainda existentes" e aproveita para falar da Rota da Índia e de como vinham mercadorias, sobretudo especiarias – "a pimenta-preta era a mais valiosa" –, misturadas com escravos, nas naus do século XVI. "Muitos escravos não resistiam à viagem devido à forma como eram transportados, por vezes num espaço mais pequeno do que o de um caixão".

Mesmo em frente, aponta para o local onde agora se localiza um parque de estacionamento. "Aqui ficava o antigo mercado das Portas do Mar onde havia as Casas do Mal Cozinhado. Eram os locais onde mulheres negras faziam uma espécie de papa e fritavam peixe para dar de comer aos africanos escravizados, dado que estes estavam impedidos de entrar nas tabernas e nas casas de pasto". É também neste local que Rui Fernandes fala do Memorial às Pessoas Escravizadas, projeto que venceu o Orçamento Participativo de Lisboa em 2017, e que esteve previsto, inicialmente, ser instalado no Campo das Cebolas. "Se aqui estivesse obrigaria todos os meus colegas a falar sobre o assunto."

O DN contactou a Câmara Municipal de Lisboa (CML) para saber quando e onde será colocado o memorial, sete anos após ter sido aprovado. "Ao longo do tempo foram sendo tidos em conta e avaliadas propostas de localização que acabaram por serem consideradas 'não adequadas' na sequência de pareceres negativos", avança o Executivo. "Recentemente, numa reunião ocorrida já no final de junho entre a autarquia, representada pela vereadora Joana Oliveira Costa, e os representantes da Djass – Associação de Afrodescendentes, foi feito um ponto de situação e apresentada uma solução concreta por parte da CML mas que não mereceu a concordância da Djass." Essa localização seria junto à Agência Europeia para a Segurança Marítima, no Cais do Sodré. "Perante essa realidade, ficou acordado a possibilidade de dar início a um novo processo para avaliação de uma outra localização do Memorial na Ribeira das Naus."

Ainda no Campo das Cebolas, Rui Fernandes aproveita para falar de outra marca da Lisboa dos tempos da escravatura: a Igreja da Conceição Velha. "Esta igreja foi dada à Ordem de Cristo no séc. XIII para substituir a Igreja da Conceição dos Freires e estava ligada ao batismo dos escravizados que chegavam a Lisboa". Ali, antes do terramoto de 1755, "existia também o túmulo de Dona Simoa Godinho, que era uma senhora negra do séc. XVI casada com um fidalgo português, dona de escravos e de fazendas em S. Tomé".

O *tour* avança em direção a um dos pontos nevrálgicos da história da escravatura em Portugal, que se intensificou com a expansão marítima portuguesa. "Era aqui, junto ao Paço Real, que desembarcavam os escravos e onde estava montado todo o aparato fiscal relacionado com o comércio de escravos mas também com o comércio de especiarias, ouro, todas as mercadorias que chegavam a Portugal."

Os escravos eram avaliados. A dentição, a musculatura, o tom da pele. Mulheres mais claras eram mais caras. Já os homens mais negros eram mais valorizados, por isso ser associado a um maior vigor físico. "Havia um responsável, designado por almoxarife, que tinha a responsabilidade de fazer a seleção dos cativos: decidir a sua distribuição, quem iria ficar na corte real, quem iria ser dado como oferta a outros nobres e quem iria ser vendido em mercados, que eram essencialmente o mercado do Pelourinho Velho – onde se situa a atual rua do Comércio – e o mercado de São João da Praça, em Alfama."

Rui Fernandes nota que, naquela época, havia "corretores de escravos, como hoje em dia temos corretores de imóveis". De facto, segundo o Gabinete de Estudos Olisiponenses, "em 1552, existiam em Lisboa doze corretores e sessenta mercadores de escravos, e, em 1672, três corretores ainda exerciam o ofício, desconhecendo-se o número de mercadores".

Ainda na Praça do Comércio, Rui Fernandes faz referência ao rei D. José e à sua estátua equestre, e também ao Marquês de Pombal "que fez as primeiras reformas relativas à escravatura".

Continuamos o caminho pela Rua Augusta e é feita nova paragem no Rossio. Ali podemos observar a estátua de D. Pedro IV, I do Brasil, avô paterno da princesa Isabel, que acabou por assinar a Lei Áurea, em 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil.

O percurso termina no Largo de São Domingos, junto à igreja com o mesmo nome. "Aqui foi o local onde se estabeleceu a confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos". Aqui, os escravos "podiam seguir o culto católico, dado que estavam impedidos de frequentar as mesmas igrejas que os senhores", conclui.

Dia começou com as habituais filas e elevada procura por atendimento em Lisboa.

Imigrantes preocupados com início da greve na AIMA

SERVIÇOS Ainda não é possível medir o impacto da paralisação dos trabalhadores às horas extraordinárias, mas imigrantes receiam prejuízo nos agendamentos. DN sabe que a adesão é grande em Lisboa e Porto.

TEXTO **AMANDA LIMA**

O primeiro dia da greve às horas extraordinárias na Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA) começou como todos os outros no local: longas filas em frente à loja principal em Lisboa, com imigrantes que chegaram ainda na noite anterior para disputar uma das 30 senhas diárias distribuídas aos primeiros que chegam.

A notícia da greve preocupa quem está à espera de documentos ou do andamento nos processos. O DN sabe que a adesão é grande nas lojas da região de Lisboa e também no Porto. Apesar de, à partida, não prejudicar os agendamentos, muitos temem ter o horário cancelado por causa da paralisação dos trabalhadores. Um imigrante que pediu para não ser identificado tem receio que o horário agendado há meses para trocar o visto de trabalho por autorização de residência seja afetado. "Levei meses para que me atendessem, liguei literalmente milhares de vezes até ser atendido", explica o brasileiro, que tem apontamento para o final do mês de setembro.

Artur Cerqueira, um dos representantes sindicais da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), disse ao DN que, à partida, o trabalho de *backoffice* é o que terá mais impacto. Os postos de atendimento permanecem abertos e com grande procura por parte das pessoas.

Meses de espera

Na fila de ontem na sede da AIMA, em Lisboa, os depoimentos obtidos pelo DN eram parecidos: depois de milhares de chamadas telefónicas e dezenas de *emails* sem resposta, a última esperança era madrugar na rua em frente à loja. Alguns dos casos são de pessoas que chegaram a Portugal com visto, mas, de forma diferente ao que determina a lei, não foi efetuada uma marcação para obter o título. A maior parte das pessoas ouvidas pela reportagem do DN foi até a AIMA em busca de informações sobre a Autorização de Residência renovada, que está atrasada. Há situações em que o procedimento foi realizado, com pagamento da taxa, ainda no ano passado, mas sem efeito até agora.

Há meses que o DN noticia relatos de imigrantes que estão à espera do título. Até hoje, a AIMA não deu uma resposta sobre o motivo da demora. E foi em busca da mesma resposta que dezenas de cidadãos procuraram o balcão ontem. Os 30 primeiros receberam uma senha para ir até outro balcão, nos Anjos, para tentar descobrir o que se passa. Alguns foram de TVDE, outros percorreram a pé o caminho de quase 30 minutos. A ordem era a definida pela senha obtida no local anterior.

Um dos "sortudos", que conseguiu o papel com o número 26, foi o brasileiro Gregório Alves, que efetuou a renovação do título de residência em janeiro. Morador da Margem Sul, chegou antes do amanhecer e conseguiu a disputada senha. Foi até ao Centro Nacional de Apoio a Integração de Migrantes (CNAIM) dos Anjos, como orientado no posto anterior, onde tinha que esperar horas para ter um resposta. "Estou usando um dia de férias para resolver isso", explica ao DN o profissional de limpezas, morador em Portugal há seis anos. "Eu já perdi um dia de serviço quando vim em junho. Disseram-me que eu não tinha pago, mas eu paguei, fui no banco e pedi o comprovativo para mostrar. Não disseram nada e não resolveu, por isso vim de novo. Na época do SEF não era assim e agora com a greve vai ser pior", complementa o imigrante, natural do estado de Minas Gerais.

A greve tem previsão até 31 de janeiro. A Federação espera ser chamada para conversar com a direção da AIMA antes disso e chegar a um acordo para as 25 reivindicações dos trabalhadores, especialmente a contratação de mais funcionários.

> Apesar de, à partida, não prejudicar os agendamentos, muitos imigrantes temem ter o horário cancelado por causa da paralisação dos trabalhadores. Sindicato admite que podem haver atrasos nos processos.

amanda.lima@dn.pt

BREVES

Algarve: 70% de adesão na greve de enfermeiros

A greve de dois dias iniciada ontem pelos enfermeiros da Unidade Local de Saúde (ULS) do Algarve, para reivindicar melhores condições laborais e remuneratórias, registou uma adesão de cerca de 70%, revelou o sindicato. "Estamos a ter uma adesão na volta dos 70%, com quase 100% nos serviços de cuidados intensivos e internamento de pneumologia e medicina 3 no Hospital de Faro", referiu Alda Pereira, dirigente regional do Algarve do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP). Os enfermeiros marcaram presença à porta do hospital de Faro, onde colocaram duas tarjas em que se podia ler "faltam mil enfermeiros no Algarve", pintadas com mãos que simbolizam as duas mil em falta na região.

Detido por violação e chantagem

A Polícia Judiciária deteve um homem, de 36 anos, na Área Metropolitana do Porto, por crimes de violação, gravação ilícita e coação sexual agravada, praticados sobre, pelo menos, quatro mulheres. A PJ esclareceu que o arguido utilizava as redes sociais para abordar as vítimas, combinando encontros de teor sexual, no decurso dos quais fazia gravação de imagens para, mais tarde, coagir as vítimas a novos atos sexuais, sob ameaça de divulgação. Duas das vítimas foram internadas, na sequência de tentativas de suicídio e de automutilação. Além das quatro vítimas já identificadas, a Diretoria do Norte da PJ não descarta a hipótese de existirem mais vítimas.

Setenta e cinco pessoas morreram afogadas em Portugal até finais de julho

OBSERVATÓRIO Maioria das vítimas foram homens jovens, entre os 20 e os 24 anos, e todas as mortes aconteceram em locais não vigiados.

Setenta e cinco pessoas morreram afogadas em Portugal continental até 31 de julho, o terceiro valor mais alto dos últimos cinco anos, segundo dados do relatório do Observatório do Afogamento da Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores (FEPONS).

Em comunicado divulgado, a FEPONS precisa que a maioria das 75 mortes ocorridas entre 1 de janeiro e o último dia de julho foram registadas no mar (34). Vinte e uma das mortes sucederam em rio, sete em poço, quatro em barragem, duas em vala, duas em piscina, duas em lago, uma em tanque, uma em fossa e outra em canal de rega.

No ano passado tinham sido registadas, em igual período, 71 mortes por afogamento, enquanto em 2022 tinham sido 88 e em 2021 se registaram 62 óbitos em igual período.

Segundo o relatório, a maioria das pessoas que morreram por afogamento eram homens (34), jovens, com idades entre os 20 e os 24 anos.

A maioria dos casos ocorreu durante banhos de mar em lazer, pesca, atividades de parapente, por quedas de pessoas e viaturas à água, e causas desconhecidas. A Federação destaca igualmente que em 100% dos afogamentos aconteceram em locais não vigiados e não presenciados. Quanto à distribuição geográfica, 17,7% dos casos ocorreram nos distritos do Porto e Setúbal, 11,3% em Lisboa, 8,1% em Aveiro e 6,5% em Coimbra, Viana do Castelo e Madeira.

A FEPONS indica que o afogamento "já vinha em valores elevados, continuando a ser um problema de saúde público em Portugal, tal como o catalogou a Organização Mundial de Saúde em 2014, a nível mundial".

DN/LUSA

Mortes por calor na Europa podem triplicar até final do século

CLIMA Estudo prevê que Portugal seja um dos países mais afetados pelo aumento da mortalidade provocada por verões mais quentes.

As mortes causadas pelo calor podem triplicar na Europa até 2100, caso se mantenham as políticas climáticas, passando das atuais 43 mil para 128 mil e afetando especialmente países como Portugal, Espanha, Itália ou Grécia, de acordo com um estudo.

A investigação, publicada na revista científica britânica *The Lancet Public Health*, recolheu dados de 854 cidades europeias e sublinhou a necessidade de "reforçar as políticas para limitar o aquecimento global e proteger as regiões e os membros das sociedades mais vulneráveis" dos efeitos do clima.

Com um aquecimento global de 3 °C, o número de mortes relacionadas com temperaturas extremas, frio e calor, que segundo o estudo matam atualmente 407 538 pessoas por ano na Europa, aumentará até 13,5% neste século, principalmente entre maiores de 85 anos.

Atualmente, morrem oito vezes mais pessoas de frio do que de calor na Europa, mas esta proporção "vai mudar drasticamente durante este século, com um aumento das mortes atribuídas às altas temperaturas em todas as partes da Europa", frisou Juan Carlos Ciscar, investigador do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia.

As mortes provocadas pelo calor poderão aumentar das atuais 43 729 para 128 809 até ao final do século. Em sentido inverso, as mortes atribuídas ao frio poderão ser ligeiramente reduzidas: das 363 809 de hoje para 333 703 em 2100.

Para Portugal, o estudo projeta, no cenário de um aquecimento global de 3 °C, um aumento das mortes por calor de 1008 para 2284 por cada 100 mil pessoas até 2100 e um decréscimo das mortes devido ao frio, de 7345 para 4682.

DN/LUSA

Questionário de Proust do ChatGPT

Pedimos ao ChatGPT: "faz-nos um questionário de Proust para podermos publicar no nosso jornal". Só que o que ele nos apresentou era muito semelhante ao original, de Proust. Então dissemo: "dá-nos um mais divertido". E o resultado foi este.

Guilherme Sousa *Chef* do restaurante Terroir, em Lisboa

"Se fosse um animal, seria uma vaca wagyu, para ser massajada e ouvir música o dia todo"

Se pudesse ter um qualquer superpoder, qual escolheria e porquê?
Viver infinitamente sem envelhecer, porque, sabendo tudo o que já sei hoje, conseguiria viver melhor devido ao conhecimento adquirido ao longo dos anos.
Qual é o seu filme ou série de TV favorito para assistir numa maratona?
Peaky Blinders.
Qual é a comida mais estranha que já experimentou?
Como *chef*, para mim tudo condimentado e bem confecionado é saboroso.
Se pudesse viajar para qualquer lugar no tempo, para onde e quando iria?
Uma das finais em que o Benfica foi campeão europeu, 1961 ou 1962.
Se fosse uma personagem de desenho animado, quem seria?
O Spiderman, por causa do meu filho.
Qual foi a dança mais embaraçosa que já fez?
Fazer um *flash mob* num casamento.
Se pudesse trocar de vida com qualquer pessoa por um dia, quem escolheria?
Warren Buffett.
Qual é a música que sempre lhe faz dançar, não importa onde esteja?

DR

Beijo do funaná.
Se tivesse que viver num filme, qual escolheria e porquê?
007, porque gosto muito do *glamour*.
Qual foi o presente mais estranho ou engraçado que já recebeu?
Um jogo de pesca na sanita.
Se fosse um animal, qual seria e porquê?
Uma vaca wagyu, para ser massajada e ouvir música todo o dia.
Qual é a sobremesa favorita que nunca recusaria?
Arroz-doce.

Se pudesse criar um feriado, qual seria e como seria comemorado?
O meu aniversário, 23 de novembro, comemorava com a minha família.
Qual é o seu *hobby* mais estranho ou incomum?
Caminhar na natureza e tirar fotos.
Se pudesse ter qualquer celebridade como seu melhor amigo, quem escolheria?
Cândido Costa.
Qual é a piada mais engraçada que conhece?
O que diz um tomate para o outro: "tu matas-me".
Se pudesse falar com qualquer animal, qual seria e o que perguntaria?
Cão, se pudesses falar, o que dizias?
Qual é o seu talento oculto que poucas pessoas conhecem?
Dançar.
Se fosse uma cor, qual seria e porquê?
Vermelho, "porque vermelho é o coração, Benfica".
Qual é a palavra que mais gosta de dizer e porquê?
Calma, pois a sociedade em que vivemos precisa de abrandar.

Se pudesse inventar qualquer coisa, o que seria?
Um carro que voa.
Qual é a coisa mais ridícula que já comprou?
Um carro novo.
Se tivesse que comer apenas uma comida para o resto da vida, qual seria?
Cozido à Portuguesa.
Qual é a sua memória de infância mais engraçada?
Quando fui caçar com o meu pai.
Se fosse um meme, qual seria?
Flik.
Qual seria o título da sua autobiografia?
Uma vida bem-disposto.
Se pudesse ser um personagem de videojogo, quem seria?
Hugo.
Qual é o seu trocadilho ou piada de favorito?
Qual torresmo nunca está de bem com a vida? O "tô-resmungando".
Se pudesse ser invisível por um dia, o que faria?
Ia ver um serviço no El Cellar de Can Rocca.
Qual foi a coisa mais inesperada que aprendeu recentemente?
O que nos magoa no presente é uma lição no futuro.

Mercado de trabalho rejeita 18% dos seus recém--licenciados, um dos piores registos da UE

EUROSTAT Haverá cerca de 240 mil jovens diplomados há menos de três anos, com idades entre 20 e 34 anos, que estão sem trabalho. Em 2003, Portugal era o 11.º melhor da Europa neste *ranking*; hoje, é o 9.º pior, de acordo com dados oficiais.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGENS

É consensual entre os peritos que, quanto mais tempo os jovens recém-licenciados estiverem afastados do mercado de emprego, mais difícil será a sua integração.

A taxa de emprego dos jovens recém-licenciados e diplomados em Portugal – pessoas com 20 a 24 anos que terminaram este nível de ensino há menos de três anos – recuou nas últimas duas décadas, tendo-se fixado em 82% da respetiva população em idade ativa, indicam dados do Eurostat relativos a 2023, divulgados esta semana. Equivale a dizer que quase 18% desses jovens recentemente formados – cerca de 240 mil com qualificações mais elevadas – estavam excluídos do mercado de emprego no ano passado.

A esmagadora maioria deste grupo deve encontrar-se desempregada (o inquérito trimestral do INE aponta para cerca de 150 mil jovens sem trabalho). O resto (cerca de 90 mil deve estar numa situação de inatividade, podendo uma parte ter voltado aos estudos superiores, como pós-graduações, doutoramentos, etc.).

Os números da agência europeia de estatísticas mostram mais: há 20 anos, em 2003, Portugal era o 11.º melhor (taxa de emprego de 82,7%) neste *ranking* europeu composto por países da União Europeia.

Até 2023, o declínio no indicador em análise foi substancial e o país aparece como o 9.º pior ao nível de empregabilidade dos recém-diplomados mais jovens.

Portugal surge, assim, abaixo da média europeia, que em 2023 se cifrou em 83,5% (Portugal regista 82,4% de empregados no total da população ativa com idades entre 20 e 34 anos e um diploma superior obtido há menos de três anos, como referido).

A nível da UE, a maior taxa de emprego acontece em Malta (95,8%) e Holanda (93,2%), a situação mais desfavorável é a de Itália e Grécia, com rácios de 67,5% e 72,3%, respetivamente.

Os números, no caso português, têm vindo a causar alguma apreensão junto de responsáveis de topo como o atual primeiro-ministro, Luís Montenegro, ou Mário Centeno, o governador do Banco de Portugal.

Ambos têm alertado que o país não se pode dar ao luxo de desperdiçar o talento e as qualificações elevadas desta geração mais nova, sob pena de atrasar ainda mais o seu desenvolvimento económico a prazo.

É consensual entre os peritos que quanto mais tempo estes indivíduos estiverem afastados do mercado de emprego, mais difícil será o seu regresso ou integração.

"Nós estamos a falhar, o país está a falhar. O país precisa mesmo de um sobressalto cívico, político, empresarial. Nós temos de conseguir absorver no nosso mercado de trabalho estes milhares e milhares de jovens que todos os anos saem das nossas universidades, dos nossos institutos politécnicos e colocá-los ao serviço do crescimento do país", afirmou o chefe de governo há apenas dez dias, num encontro de verão das comunidades portuguesas (da emigração) do PSD, num hotel em Albufeira.

> "Não venham com a conversa de que isto é uma coisa da *troika*" porque "a *troika* já se foi embora vai fazer dez anos", defende o primeiro-ministro.

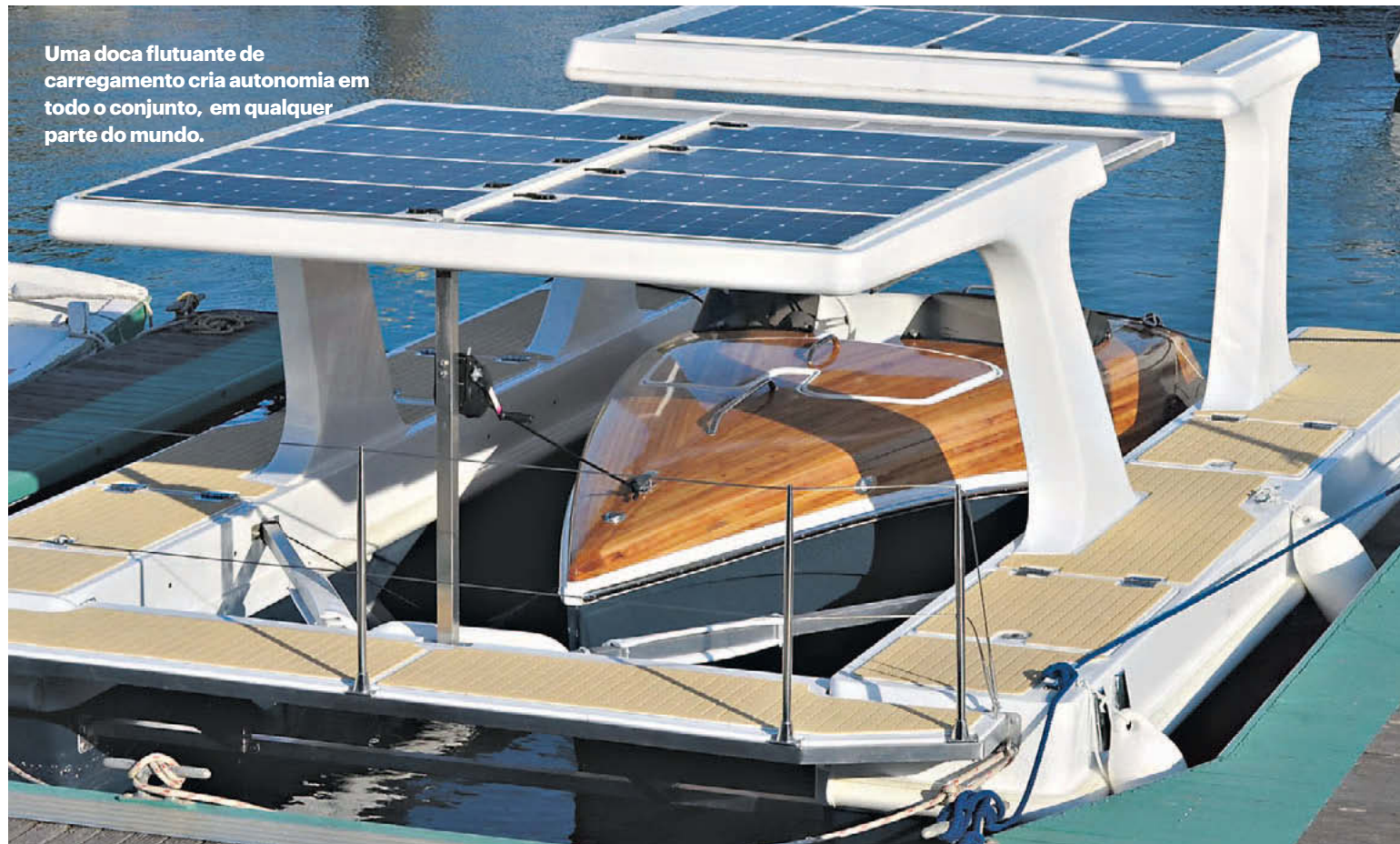
Na altura, segundo a Lusa, Montenegro também rejeitou a ideia de que a saída de jovens qualificados para outros países possa ser atribuída aos cortes impostos pela *troika* enquanto Portugal esteve sob um programa de ajustamento que desvalorizou salários e provocou desemprego.

"Não venham com a conversa de que isto é uma coisa da *troika*" porque "a *troika* já se foi embora vai fazer dez anos". "Não é desculpa", atirou.

Mas os dados do Eurostat mostram que foi justamente no tempo da *troika*, em concreto, 2013, que a taxa de emprego dos recém-licenciados bateu no fundo: nesse ano e no anterior (2012), o referido rácio nacional atingiu mínimos de 67,8% e 67,5%, afastando-se dramaticamente da média europeia, que rondava os 75% na altura.

Desde então, que este indicador de empregabilidade tem vindo a recuperar, mas o caminho feito ainda não foi suficiente para que Portugal suba no *ranking* europeu e comece a registar valores melhores do que a média da UE.

Numa entrevista concedida este ano ao *Dinheiro Vivo*, Mário Centeno observou que "é imperativo que a economia portuguesa crie os empregos para, na verdade, dar emprego a esses jovens mais qualificados. Os indicadores que temos são bastante positivos ainda que fiquem sempre aquém das nossas ambições".

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

Uma doca flutuante de carregamento cria autonomia em todo o conjunto, em qualquer parte do mundo.

Negócio de barcos elétricos procura investidores para novas soluções de luxo

MOBILIDADE Com a operação ancorada em Lisboa e a produção fixada em Vila do Conde, empresa portuguesa aposta em embarcações amigas do ambiente e aponta a clientes dos Estados Unidos e do Dubai.

TEXTO **DIOGO FERREIRA NUNES**

Docas de Lisboa, princípio da tarde de um dia de agosto. Há muitas pequenas embarcações ancoradas em frente aos bares e restaurantes da zona de Alcântara, mesmo à beira-Tejo. Um conjunto destaca-se dos demais: uma pequena doca flutuante com painéis solares protege um barco cinzento com cerca de cinco metros e deixa-o completamente à sombra e fresco. No topo da doca lemos Faroboats. Parece nome de companhia estrangeira mas trata-se mesmo de um negócio português. A empresa está instalada não muito adiante, na Doca de Belém, onde criou um barco elétrico para cinco passageiros, carregado a partir da doca que o protege.

Conjugar o barco elétrico com a doca autónoma garantiu um investimento de 125 mil euros por parte do fundo EEA Grants (financiamento da Noruega, Liechtenstein e Islândia) e foi um importante embalo para o arranque do negócio. Até agora, terá sido investido perto de meio milhão de euros e já foram conquistados prémios internacionais.

Considerando que cada barco custa, no mínimo, 70 mil euros, a aposta no mercado português previa o aluguer para turismo, que não exigia qualquer licença até aos cinco metros de comprimento. Só que as regras mudaram e agora só se pode conduzir sem documento se a embarcação tiver até 2,5 metros. "Isto acabou por nos estragar a ideia", lamenta Tomás Costa Lima, um dos fundadores da empresa.

À conta da alteração legislativa, aponta ainda mais para o estrangeiro e com barcos mais compridos, com 9,5 metros. "Mercados como Miami (Estados Unidos) e Dubai interessam-nos muito, embora tenhamos de ter um equilíbrio entre a potência do motor e o peso da embarcação, por causa das baterias", sinaliza.

Por causa disso, a empresa procura agora novos investidores para poder fabricar os protótipos das novas embarcações e ainda das novas docas autónomas.

Assim que a ideia estiver assente, entrará em ação a Nelo, fabricante da maioria dos caiaques que competiram nos Jogos Olímpicos, de Vila do Conde, para produzir as primeiras unidades, em menos de seis meses.

"Cada vez que me lanço a um projeto penso sempre qual será a melhor forma de resolver os problemas inerentes. Numa embarcação elétrica, no caso, com cinco metros, onde a vamos carregar? Daí ter pensado na doca flutuante de carregamento, que cria autonomia em todo o conjunto, independente, em qualquer parte do mundo", refere. As baterias ficam carregadas em menos de três horas e conferem uma autonomia de pelo menos oito horas. No processo de construção do barco, além da fibra de vidro, nota para a infusão a vácuo das paletes de madeira, proveniente dos Açores, que preenche todos os espaços com resina de baixa espessura e espuma sólida e flutuante, tornando a embarcação mais leve e inafundável.

O motor vem dos Países Baixos e tem as pás presas ao exterior. "Não há óleos nem manutenção. É um motor que é o ideal para baixas e médias velocidades", na ordem dos seis a oito nós (de 11 a 15 km/h).

geral@dinheirovivo.pt

BREVES

Lucro do Crédito Agrícola sobe para 224 M€

O Crédito Agrícola registou um lucro de 224,4 milhões de euros no primeiro semestre, o que corresponde a uma subida de 28,9% (+50,4 milhões) face ao mesmo período do ano passado.
"O Grupo Crédito Agrícola evidenciou um bom desempenho financeiro no 1.º semestre de 2024, o melhor semestre de sempre em termos de resultados, consistente com o trajeto observado nos últimos anos, apresentando uma rentabilidade de capitais próprios de 17,7%, para a qual concorreu um resultado líquido de 224,4 milhões de euros", referiu, em comunicado, o presidente do grupo, Licínio Pina.
O produto bancário do grupo financeiro cifrou-se em 520,6 milhões de euros (+14,2%).

BCE vai debater possível novo corte de juros

O Banco Central Europeu (BCE) vai avaliar em setembro uma possível redução dos juros em função da evolução dos preços deste verão, depois de em julho não ter mexido nas taxas diretoras. De acordo com as atas da reunião de 17 e 18 de julho, publicadas ontem, o encontro de setembro será "um bom momento para reavaliar o nível de restrição da política monetária", existindo assim a possibilidade de um corte de juros. Ainda assim, os responsáveis do BCE continuam a destacar a necessidade de garantir que a inflação atingirá a meta de 2% e que manterão os juros "suficientemente restritivos durante o tempo que for necessário para chegar a esse objetivo".

MANON CRUZ / POOL / AFP

Presidente francês quer ouvir o que cada bloco propõe para a estabilidade governativa.

Macron em consultas no Eliseu para cozinhar solução de governo

FRANÇA Frente das esquerdas leva ao palácio presidencial Lucie Castets, a sua candidata a primeira-ministra, mas o presidente já deu sinais de que não deverá aceitar a sugestão.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

No dia em que o Governo demissionário de Gabriel Attal bate o recorde de longevidade – o anterior datava de 1953, quando o Executivo de René Mayer se manteve em funções 38 dias à espera de ser substituído –, Emmanuel Macron põe fim à trégua olímpica por si decretada e por fim recebe os dirigentes dos diversos blocos partidários para ouvir as respetivas propostas. Já se sabe há muito quem é que a Nova Frente Popular (NFP) propôs e também que o presidente não está inclinado a abrir mão de um Executivo com pessoas da sua confiança, e ainda que o partido que obteve mais votos sozinho (Reunião Nacional, de Marine Le Pen/Jordan Bardella) não estará no Governo. O que se desconhece é como vai Macron cozinhar uma solução viável ante uma Assembleia Nacional sem maioria absoluta, dividida em três grandes blocos, e desprovida do hábito de coligações heterodoxas, como por exemplo a que se verifica na Alemanha.

Na véspera da reunião no palácio do Eliseu, que decorre hoje de manhã, os representantes da NFP e a sua candidata ao palácio de Matignon, Lucie Castets, afirmaram estar "prontos" para governar e criticaram a "inação grave e nefasta" de Macron. Numa carta dirigida aos franceses, os quatro partidos que compõem a aliança (França Insubmissa, LFI; PS, Partido Comunista e Ecologistas) voltaram a pressionar o presidente, ao lembrar que o seu bloco obteve o maior número de deputados. "Como em todas as democracias parlamentares, a coligação vencedora deve poder formar governo. Trabalhámos nisto durante todo o verão. Estamos prontos", proclamam. Para a NFP, que reafirma a vontade de marcar desde início uma rutura com o passado, o facto de estarem quase a cem deputados da maioria absoluta não é uma questão: "Quem se recusará a aumentar o poder de compra? Os deputados serão responsáveis pelos seus votos e os cidadãos serão testemunhas disso", afirmam Castets – que vai ao Eliseu junto dos líderes parlamentares e partidários –, Manuel Bompard (LFI), Olivier Faure (PS), Fabien Roussel (PCF) e a ecologista Marine Tondelier. Para que não haja dúvidas sobre o consenso alcançado, em especial perante o extremismo do LFI nalguns temas, os líderes da aliança reafirmaram que, no campo externo irão trabalhar para "derrotar a guerra de agressão de Vladimir Putin", "obter um cessar-fogo em Gaza e a libertação dos reféns", enquanto advogam o reconhecimento imediato da Palestina. A carta não continha a ameaça da LFI de avançar com um procedimento para a destituição de Macron, como a sua líder parlamentar Mathilde Panot revelou em entrevista à France Inter na quarta-feira. Sabe-se que no campo da NFP pelo menos os socialistas discordam dessa iniciativa.

Depois de receber a Nova Frente Popular, Macron entra em consultas com os partidos do seu campo, bem como com os representantes de Os Republicanos. Para segunda-feira ficam os representantes da extrema-direita, Jordan Bardella, Marine Le Pen e o seu aliado saído d'Os Republicanos Éric Ciotti.

Segundo o Eliseu, na sequência do objetivo de procurar a "maioria mais ampla e mais estável" definido por Macron em julho, o objetivo destas consultas é "descobrir em que condições as forças políticas podem atingir este objetivo". A decisão de nomear o ou primeiro-ministro "será tomada tendo em conta estes dois critérios", explicou o Eliseu na quinta-feira, e tendo também em conta que se está perante um "parlamento de minorias". A Presidência enalteceu a esse propósito o "trabalho fundamental" da direita republicana, ao mostrar-se disponível para um "pacto legislativo", e do "bloco central" (os partidos do campo de Macron) com o "pacto de ação para os franceses" apresentado por Gabriel Attal – ironicamente a pessoa preferida pelos franceses para o cargo.

Dito de outra forma, o presidente crê que um executivo do bloco de esquerda e extrema-esquerda acabaria rapidamente graças a uma moção de censura; pelo contrário, crê-se que um primeiro-ministro fora do campo da NFP não sucumbiria a uma moção de censura porque não é crível que a NFP se juntasse à Reunião Nacional. A aliança dos quatro partidos de esquerda e extrema-esquerda poderá até chegar ao poder, mas como um presente envenenado, crê o politólogo Martial Foucault. "Macron poderia fazer um cálculo mais cínico e entregar as chaves de Matignon ao NFP antes do prazo de votação do orçamento de 2025, o que o exporia a uma moção de censura com os votos da Reunião Nacional e do campo presidencial", disse em entrevista ao *Le Figaro*.

cesar.avo@dn.pt

Eurodeputada debaixo de fogo

Um grupo de 51 deputados do partido Renascimento, do presidente Macron, enviou uma carta à presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, na qual pedem o levantamento da imunidade a Rima Hassan, eleita pela França Insubmissa. Os parlamentares acusam-na de "incitamento ao ódio racial, mas também de apologia do terrorismo", através das "numerosas declarações e da sua recente participação, a 16 de agosto de 2024, numa manifestação antissemita pró-Hamas na Jordânia". A própria Hassan publicou imagens suas numa homenagem ao líder do Hamas morto em julho.

NO RADAR

LUCIE CASTETS
A responsável pela gestão de 10 mil milhões de euros anuais da Câmara de Paris foi o nome de consenso apresentado para chefiar o Governo pela Nova Frente Popular, o bloco de esquerda e extrema-esquerda que mais deputados elegeu. No entanto, Emmanuel Macron não parece convencido pelo perfil da ex-militante do PS, de 37 anos.

BERNARD CAZENEUVE
Este advogado de longo percurso político, iniciado na política regional e autárquica da Normandia, chegou a primeiro-ministro durante a presidência de François Hollande, ainda que por menos de meio ano. Foi o culminar de um percurso governamental com funções anteriores nos Assuntos Europeus, Orçamento e Interior. Abandonou o PS em 2022, quando este acordou a aliança eleitoral Nupes com a França Insubmissa. Face aos resultados eleitorais de julho, defendeu um governo de unidade nacional composto por todos os republicanos (ou seja, sem a extrema-esquerda nem a extrema-direita), em artigo no *L'Opinion*.

XAVIER BERTRAND
Aos 59 anos (menos dois que Cazeneuve), Bertrand apresenta-se como candidato não assumido da área do centro-direita. Presidente da região Hauts-de-France, desempenhou as funções de ministro da Saúde durante a presidência de Chirac e de ministro do Trabalho (por duas vezes) nos anos Sarkozy. Foi dos primeiros nomes lançados como hipótese à direita, tendo recebido elogios de vários ministros do Governo cessante.

MICHEL BARNIER
O homem que chefiou as negociações do Brexit pela União Europeia é outra possibilidade à direita, numa lista em que também figuram os nomes de Valérie Pécresse (presidente da região Île-de-France) ou Jean-Louis Borloo (ex-ministro afastado da política), embora, ao contrário de Bertrand, que se mostrou recetivo ao convite de Macron, este se mantenha no maior mutismo.

KARIM BOUAMRANE
Nos últimos dias, o nome do autarca de Saint-Ouen, no norte de Paris, passou também a ser mencionado como possibilidade caso a escolha recaísse à esquerda, em alternativa a Castets e a Cazeneuve. Nascido na vila a que preside, filho de pais marroquinos, o socialista de 51 anos apresenta um currículo exemplar enquanto autarca, e decerto atrativo para Macron enquanto político desempoeirado e crítico da França Insubmissa, e com experiência de trabalho em Silicon Valley. O jornal alemão *Die Welt* chamou-o de "Obama do Sena".

JEAN-DOMINIQUE SÉNARD
Caso o presidente opte por uma solução fora do sistema partidário, um tecnocrata desconhecido como Jean Castex, que foi primeiro-ministro entre 2020 e 2022, será escolhido. Ou então, como foi avançado na quinta-feira, o administrador do grupo Renault, Jean-Dominique Sénard, de 71 anos, tido como uma inspiração para o Governo macronista devido às suas preocupações sociais.

BRANDON BELL / GETTY IMAGES VIA AFP

Robert F. Kennedy Jr. é um dos terceiros candidatos mais forte em décadas.

RFK Jr. prestes a desistir. Quem irá apoiar?

EUA Campanha de Donald Trump tem vindo a trabalhar para conquistar Kennedy e os seus 8,7% de intenções de voto.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Robert F. Kennedy Jr. vai falar esta sexta-feira "sobre o momento histórico atual e o seu caminho a seguir", segundo anunciou a campanha do independente, sendo esperado que esta declaração seja o anúncio da desistência da sua candidatura à Casa Branca. Uma saída de cena que traz, para já, uma dúvida: quem irá apoiar RFK Jr., numa altura em que uma sondagem do *The Hill* mostra que tem 8,7% das intenções de voto a nível nacional?

De acordo com meios como o *The New York Times* e a CNN, a escolha de RFK Jr. deverá recair sobre Donald Trump, sendo que vários analistas apontam que, no atual estado da disputa entre a democrata Kamala Harris e Trump pela presidência, os votos dos apoiantes de Kennedy, um dos terceiros candidatos mais forte em décadas, podem determinar o resultado em alguns estados decisivos.

A AP noticiava ontem que pessoas próximas do candidato republicano – como o filho Donald Trump Jr. e o antigo apresentador da Fox News Tucker Carlson – têm trabalhado nos bastidores para convencer Kennedy a desistir da corrida à Casa Branca a favor de Trump, algo que poderia parecer impossível há uns meses, tendo em conta que RFK Jr. foi democrata grande parte da sua vida e pertence a uma das maiores dinastias políticas (e democratas) dos Estados Unidos, os Kennedy.

Mas tudo indica que o impossível poderá vir mesmo a acontecer, com a primeira pista a ser o facto de o seu discurso desta sexta-feira estar marcado para o Estado indeciso do Arizona, onde Trump também realizará um evento de campanha naquele dia.

O *The New York Times* citou três fontes dizendo que Kennedy encerraria a sua campanha e potencialmente apoiaria Trump. Numa entrevista dada esta semana, a candidata a vice de RFK Jr., Nicole Shanahan, deu a entender que ele poderia retirar-se a favor de Trump.

O republicano disse à CNN na terça-feira que "certamente" estaria aberto a que Kennedy desempenhasse um papel na administração, caso seja eleito em novembro. "Ele é brilhante. É muito inteligente", declarou Trump. "Conheço-o há muito tempo. Não sabia que ele estava a pensar em desistir, mas se ele está a pensar desistir, certamente eu estaria aberto a isso."

Segundo a AP, Trump e Kennedy têm mantido um contacto regular nas últimas semanas, incluindo uma reunião em Milwaukee, no mês passado, durante a convenção republicana. Quanto a Kamala Harris, RFK Jr., há cerca de uma semana, criticou a democrata depois de vários *media* terem noticiado que ele tinha tentado obter uma reunião para discutir um possível cargo na administração da democrata. "O Partido Democrata da vice-presidente Harris seria irreconhecível para o meu pai e o meu tio", escreveu.

ana.meireles@dn.pt

Central nuclear de Kursk ganha protagonismo

GUERRA Vladimir Putin acusou Kiev de tentar atacar as instalações. Líder da agência nuclear da ONU vai visitar central na próxima semana.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O líder da agência nuclear das Nações Unidas, Rafael Grossi, está a planear visitar a central nuclear russa de Kursk na próxima semana, segundo anunciou esta quinta-feira a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Uma visita que terá lugar semanas depois de a Ucrânia ter lançado uma contraofensiva surpresa na região.

Três dias depois do início da incursão ucraniana em solo russo, a AIEA pediu logo aos dois países para exercerem a "máxima contenção" para "evitar um acidente nuclear com potencial para graves consequências radiológicas" à medida que os combates se aproximavam da central nuclear – as instalações de Kursk têm seis unidades, duas estão paradas, duas estão totalmente operacionais e duas estão em construção, segundo a AIEA. Grossi disse então estar "pessoalmente em contacto com as autoridades relevantes de ambos os países" e que "continuaria a atualizar a comunidade internacional conforme apropriado".

A AIEA alerta regularmente sobre o risco que a invasão da Ucrânia pela Rússia representa para as centrais nucleares, tendo referido no último sábado que a situação de segurança na central nuclear ucraniana de Zaporíjia, tomada pelos russos logo no início da guerra, estava a "deteriorar-se" após um ataque de drone nas proximidades.

GOVERNADOR DA REGIÃO DE KURSK/AFP

Moscovo mandou instalar abrigos antiaéreos na região de Kursk.

Horas depois do anúncio da visita de Rafael Grossi, o presidente Vladimir Putin acusou Kiev de tentar atacar a central nuclear de Kursk, a cerca de 50 quilómetros da zona da ofensiva transfronteiriça ucraniana. No entanto, o presidente russo não apresentou provas da tentativa de ataque e não houve relatos do mesmo nos *media* russos, segundo a AFP. "O inimigo tentou atacar a central nuclear durante a noite, a AIEA foi informada", declarou.

Kiev, através do Conselho Nacional de Segurança Nacional e Defesa, rejeitou a acusação de Putin, comentando que "o cenário desejado pela Rússia, segundo o qual as Forças Armadas da Ucrânia atacariam a Central Nuclear de Kursk para as acusar de terrorismo nuclear, não se sustenta".

Exigências de Israel estão a bloquear acordo

GAZA Presença de tropas israelitas em duas zonas do enclave é um dos pontos de discórdia.

A falta de entendimento sobre a presença militar israelita na Faixa de Gaza e a libertação de prisioneiros palestinianos está a bloquear um acordo para um cessar-fogo entre Telavive e o Hamas, avançou ontem a Reuters, depois de ouvir dez fontes ligadas às negociações que decorreram na semana passada.

Estas exigências de Israel surgiram, dizem as mesmas fontes, depois de o Hamas ter concordado com uma versão de proposta de cessar-fogo revelada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em maio.

De acordo com a Reuters, o Hamas está especialmente preocupado com a exigência de Telavive de manter tropas ao longo do Corredor Netzarim, uma faixa leste-oeste que Israel limpou durante a guerra e que impede a livre circulação de palestinianos entre o norte e o sul de Gaza.

Outra preocupação do grupo islamista é a insistência de Israel em manter tropas na faixa que separa Gaza e o Egito, o Corredor Filadélfia, e que dá assim controlo a Telavive do único ponto de passagem do enclave que não faz fronteira com Israel.

Uma fonte disse à Reuters que o Hamas teme que quaisquer concessões que faça abram caminho a mais exigências israelitas. **A. M.**

Opinião
Raúl M. Braga Pires

A Paz, esse breve momento entre guerras!

Na sequência do "haverá alguma mudança para continuar tudo na mesma", com que terminei a semana passada, aqui estamos, "a manter". Agora corredores! O Philadelphi, ao qual todos acrescentamos um "a", e o Netzarim, enquanto razões mais palpáveis para a continuação do impasse.

Em resumo, o que está em causa, de acordo com o que está em cima da mesa, é o controlo israelita destes corredores, nas primeiras seis semanas após o cessar-fogo, ao que o Hamas responde, "mas se ao fim de seis semanas terão de sair, porque é que não saem já"?

O que é que está aqui em causa, no princípio e no fim?

Exactamente aquilo que nos rege a vida, ganha quem tiver/ficar com a última palavra. Uma infância/adolescência saudável, parece-me ser maioritariamente pautada por este braço-de-ferro constante entre filhos e pais, entre irmãos, entre primos/as e namorados/as. "Não gostar de perder, nem a feijões", é isto! E isto não é uma coisa lá da Palestina, é uma coisa nossa, judaico-cristã. *Voilá* o princípio! E como o fim tem sempre que ver com o início, no fim descambaram no "olho por olho, dente por dente", cujos "adeptos da Bíblia", por motivo de guerras/reformas/liberalismo(s), perceberam que a "*égalité*" deverá prevalecer perante a perspectiva de destruição colectiva, ou de uma das partes (não é justo, a partir da Doutrina da Guerra Justa, de Santo Agostinho). Por isso, a Europa consolidou-se até ao Cabo da Roca!

Os "adeptos da Torah e do Corão", no átomo que Palestina/Israel representam, carregam um legado de "desnacionalização e despaizamento", que "aliviarem a dentada" seria desonrar os antepassados. Não pode haver sentido de "*égalité*" quando se desconfia da própria sombra!

E o Hamas também justifica a sua postura, começando pela ausência nas negociações, porque desconfia de algo que não diz. Certamente desconfiará que, com Gaza destruída, seguir-se-á a Cisjordânia, de acordo com um plano para acabar com os palestinianos, já que "a Palestina", há muito não existe enquanto Estado viável!

Negociações a prolongarem-se na próxima semana, este momento é o da paz possível enquanto bombardeamentos e ataques continuam de ambas as partes. O Irão garantiu que ainda "não vai espirrar", guardando para si a "ditadura do *timing*" (só assim se consegue garantir a ilusão da "última palavra"), o que obrigará os Ayatollahs a seguirem os telejornais americanos e, entretanto, passaram oito a dez semanas e são as eleições presidenciais! Pergunta, será o Clero iraniano a favor da vitória de uma mulher, ou de um "káfir do elenco dos Marretas"? Esta será a meta. Até lá, termino como comecei, "haverá alguma mudança para continuar tudo na mesma"!

Politólogo/arabista
www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

emprego

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ

Área de Gestão de Recursos Humanos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, E.P.E.

EXTRATO

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES TÉCNICOS (M/F)

Faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 07-08-2024, se encontra aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação deste extrato, **procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para contratação de Assistentes Técnicos (M/F)**, para celebração de contratos individuais com e sem termo, consoante as necessidades que vierem a ocorrer.

Os requisitos gerais e especiais e o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção, e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e tramitação do processo de seleção constam da publicitação integral do aviso de abertura, que se encontra integralmente publicitado na página da Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E. – **https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/**.

Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E., 23 de agosto de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos
Maria Adelaide Oliveira Canas

Recrutamento de quadros para a ***AMT***

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), entidade reguladora responsável por definir e implementar o quadro geral de políticas de regulação e de supervisão aplicáveis aos setores e atividades de infraestruturas e de transportes terrestres, fluviais e marítimos, está a recrutar:

- *Quadros Superiores Seniores (m/f) especialistas em direito;*
- *Quadros superiores (m/f) especialistas em tecnologias de informação;*
- *Quadros superiores (m/f) em engenharia de planeamento, infraestruturas e da mobilidade;*
- *Quadro técnico (m/f) especialista em design gráfico e webdesign.*

Toda a informação sobre a oferta de emprego disponível e como concorrer pode ser consultada em **www.bep.pt** e em **www.amt-autoridade.pt.**

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Capital Social: 1.391.779.674 Euro
Matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
sob o N.º 500 844 321 de Pessoa Colectiva
Sede: Rua Áurea, 88
1100 - 063 Lisboa

Tendo sido convocada a Assembleia Geral de Acionistas do Banco Santander Totta, S.A. para o próximo dia 30 de agosto de 2024, torna-se pública, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 110º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras a relação de accionistas cujas participações excedem 2% do capital social:

Santander Totta, SGPS, S.A.:
– 1.376.219.267 Ações, que correspondem a 98,88% do capital social.

A sociedade Santander Totta, SGPS, S.A. é detida diretamente, em 99,85% pelo Banco Santander S.A., sociedade cotada em diversos mercados regulamentados.

Lisboa, 23 de agosto de 2024

MUNICÍPIO DE POMBAL

AVISO

3.ª Alteração por Adaptação da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal: – Adaptação ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) da RH4A – Vouga, Mondego e Lis

Pedro Navega Ferreira, Vereador do Urbanismo e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Pombal, no uso da competência delegada:

Torna público, nos termos e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Pombal, na sua reunião ordinária, realizada a 5 de julho de 2024, deliberou declarar, tendo por base o disposto no n.º 3 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), a 3.º Alteração por adaptação da 1.º Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, para efeitos de compatibilização com o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) da RH4A – Vouga, Mondego e Lis, a qual se traduz na alteração do Regulamento e na criação de uma nova peça gráfica, com a representação das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARPSI), resultando no desdobramento da Planta de Ordenamento, na área territorial abrangida por ARPSI, com a designação de Planta de Ordenamento – Riscos de Cheias e Inundações.

A nível regulamentar, foram transpostas as normas a aplicar às ARPSI, aditando-se ao Regulamento do PDM de Pombal, os artigos 12.º-A, 12.º-B, 12.º-C, 12.º-D, 12.º-E, 12.º-F, 12.º-G, 12.º-H, 12.º-I e 12.º-J, inseridos numa nova subsecção autónoma - Subsecção I-A - Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARPSI).

Mais torna público que, no seguimento do deliberado pela Câmara Municipal, e para cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT, foi comunicada a referida declaração à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Pombal, 11 de julho de 2024

O Vereador do Urbanismo e Ordenamento do Território
Pedro Navega Ferreira, arquiteto

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para seleção e provimento do cargo de **Coordenador de Serviço da Unidade Administrativa, Financeira e Técnica dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra**, equiparado a cargo de direção intermédia de 3.º grau.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção encontram-se publicitados na Bolsa de Emprego Público, código de oferta OE202408/0864, em **www.bep.gov.pt** e em **https://www.ipc.pt/ipc/sobre/rh/a-decorrer-pessoal-dirigente/**.

A oferta encontra-se também publicitada através do aviso n.º 18257/2024/2, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 162, de 22/08.

O Chefe de Divisão do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
João Maria Leitão Montezuma de Carvalho

Assinado por: **João Maria Leitão Montezuma de Carvalho**
Num. de Identificação: 10551824
Data: 2024.08.22 14:50:54+01'00'

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para seleção e provimento do cargo de **Coordenador de Serviço da Unidade de Apoios Sociais Diretos dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra**, equiparado a cargo de direção intermédia de 3.º grau.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção encontram-se publicitados na Bolsa de Emprego Público, código de oferta OE202408/0867, em **www.bep.gov.pt** e em **https://www.ipc.pt/ipc/sobre/rh/a-decorrer-pessoal-dirigente/**.

A oferta encontra-se também publicitada através do aviso n.º 18258/2024/2, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 162, de 22/08.

O Chefe de Divisão do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
João Maria Leitão Montezuma de Carvalho

Assinado por: **João Maria Leitão Montezuma de Carvalho**
Num. de Identificação: 10551824
Data: 2024.08.22 14:50:54+01'00'

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para seleção e provimento do cargo de **Coordenador de Serviço da Unidade de Alojamento e Hotelaria dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra**, equiparado a cargo de direção intermédia de 3.º grau.

Os requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção encontram-se publicitados na Bolsa de Emprego Público, código de oferta OE202408/0871, em **www.bep.gov.pt** e em **https://www.ipc.pt/ipc/sobre/rh/a-decorrer-pessoal-dirigente/**.

A oferta encontra-se também publicitada através do aviso n.º 18259/2024/2, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 162, de 22/08.

O Chefe de Divisão do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
João Maria Leitão Montezuma de Carvalho

Deniz Gül marcou três golos em 18 jogos pelo Hammarby esta época.

DR

Avançado sueco Deniz Gül é o primeiro reforço da era Villas-Boas

FC PORTO O jogador de 20 anos chega do Hammarby por uma verba que pode atingir os cinco milhões de euros. É esperado ainda hoje no Dragão para assinar contrato por cinco temporadas.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

O FC Porto vai anunciar nas próximas horas a contratação do primeiro reforço da presidência de André Villas-Boas. Dá pelo nome de Deniz Gül e é um avançado sueco de apenas 20 anos, que chega ao Dragão proveniente do Hammarby, sendo uma aposta de futuro que o treinador Vítor Bruno vai tentar potenciar.

O acordo foi alcançado ontem entre os clubes, sendo que o futebolista nascido em Estocolmo, mas filho de um turco e de uma sueca, se deve apresentar no Porto ainda durante o dia de hoje para fazer os habituais exames médicos e assinar contrato válido por cinco temporadas.

Ao que tudo indica, o FC Porto irá pagar ao Hammarby uma verba fixa de 4,5 milhões de euros, acrescida de 500 mil euros de variáveis, dependentes dos objetivos desportivos que sejam alcançados.

Após as saídas de Mehdi Taremi para o Inter Milão (custo zero) e Evanilson para o Bournemouth (37 milhões de euros), Denis Gül surge agora como reforço para o ataque, a par do espanhol Fran Navarro, que regressou do empréstimo de meio ano ao Olympiacos.

De resto, a dez dias do fecho do mercado de transferências (dia 2 de setembro em Portugal), o FC Porto só agora garante a primeira contratação para a nova época, algo que se explica com os problemas financeiros que o Executivo de André Villas-Boas herdou da gestão do histórico Pinto da Costa. Nesse sentido, o mercado do FC Porto tem sido muito contido, destacando-se ainda o regresso de David Carmo, defesa-central que também esteve cedido ao Olympiacos e que, inclusive, ainda pode regressar ao clube grego, desde que os clubes se entendam, sendo que os dragões pretendem receber cerca de 10 milhões de euros pelo agora internacional angolano.

Em relação à época passada, saíram ainda o veterano Pepe, que pendurou as botas, e o defesa Fábio Cardoso, que rumou ao Al Ain, dos Emirados Árabes Unidos, por empréstimo com opção de compra obrigatória de 1,2 milhões de euros. Para compensar estas baixas, o treinador Vítor Bruno tem apostado nos jovens da formação, nomeadamente o lateral Martim Fernandes e o médio Vasco Sousa.

Os dragões ainda estão no mercado à procura de um defesa-central (Mika Faye, jovem senegalês do Barcelona, e o argentino Nehuén Pérez, da Udinese, são os nomes que interessam), um lateral-esquerdo (Francisco Moura, do Famalicão, está em cima da mesa) e um extremo, sendo objetivos praticamente impossíveis o neerlandês Memphis Depay, devido ao elevado salário, e o jovem colombiano Yaser Asprilla, que está a caminho do Girona. Em sentido contrário, há ainda a possibilidade de alguns jogadores deixarem o clube, nomeadamente Francisco Conceição, que já viu o FC Porto recusar uma proposta da Juventus, mas também Diogo Costa, o principal ativo para a SAD fazer um significativo encaixe financeiro.

carlos.nogueira@dn.pt

Deniz Gül

Data de nascimento: 02/07/2004 (20 anos)
Naturalidade: Estocolmo, Suécia
Altura: 1,90 m
Posição: Avançado
Valor no Transfermarkt: 2 milhões de euros
Clubes representados: Stuvsta, Segeltorps, AIK Estocolmo, Djursholm e Hammarby
Esta época: 17 jogos/3 golos
Internacionalizações sub-19 e sub-21: 5 (2 golos)

Sporting. Amorim aposta tudo em Ioannidis

Rúben Amorim não quer ouvir falar em plano B para o reforço do ataque do Sporting, sendo que o grande objetivo é contratar o grego Fotis Ioannidis ao Panathinaikos, nem que para isso tenha de esperar até ao último segundo da janela do mercado, que em Portugal encerra a 2 de setembro. "Queremos as primeiras opções, às vezes conseguimos, outras não", disse ontem o treinador leonino na antevisão ao jogo de hoje com o Farense, lembrando que, às vezes, se fazem "asneiras" quando há precipitações. "Estamos a tentar essa primeira opção. Começa a haver pouco tempo, mas estou disposto a esperar o máximo porque confio nos meus jogadores", assumiu, sem nunca referir o nome do internacional grego. Amorim descartou ainda a existência de uma terceira opção para o ataque, depois de falhado o brasileiro Vítor Roque, que está a caminho do Betis de Sevilha. "Não sabia que estávamos a negociar uma terceira opção para essa posição", atirou.

Ainda sobre mercado, o treinador dos campeões nacionais lamentou a saída de Mateus Fernandes para o Southampton, pois diz ter perdido "um jovem com muito valor" que pode tornar-se "um grande jogador". "Quando perguntam se podemos poder Gonçalo Inácio ou Hjulmand, digo que não. Gostaríamos de ter ficado com o Mateus, mas temos de fazer opções", justificou.

Sobre o jogo com o Farense (20h15, no Estádio Algarve), Amorim confirmou a ausência de Hjulmand por lesão e os regressos de Nuno Santos e Rodrigo Ribeiro, recuperados de problemas físicos.

EPA/JAVIER LIZÓN

A sexta etapa iniciou-se num supermercado de Jerez de la Frontera.

O'Connor escapou a Roglic e João Almeida e é o novo líder confortável da Volta a Espanha

CICLISMO Numa etapa que começou num supermercado, o australiano fugiu a todos e ficou com a camisola vermelha.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Ben O'Connor conquistou ontem a camisola vermelha, símbolo da liderança da Volta a Espanha, depois de uma etapa, a sexta, que começou num supermercado de Jerez de la Frontera e terminou no Alto de las Abejas, em Yunquera, onde o ciclista australiano da Decathlon AG2R La Mondiale cortou a meta com 6,31 minutos de vantagem sobre Primoz Roglic (Red Bull - BORA-hansgrohe) e João Almeida (UAE Emirates), que à partida para a tirada eram primeiro e segundo da classificação geral. Consequência? O esloveno caiu para segundo a 4,51 minutos, enquanto o português passou para o terceiro lugar com um atraso de 4,59 minutos.

Numa etapa com apenas 185 quilómetros poucos seriam aqueles que previam tantas mudanças na geral, mas a verdade é que ainda antes da primeira montanha do dia, em Puerto del Boyar, ao quilómetro 73, eis que Clément Berthet (AG2R La Mondiale), Pelayo Sanchez (Movistar) e Cristian Rodriguez (Arkéa-B&B Hotels) iniciaram uma fuga, à qual se juntaram depois outros dez, um dos quais O'Connor.

No pelotão o ritmo era baixo e, como consequência, a distância foi aumentando, até que a 27,5 quilómetros da meta, instalada numa contagem de montanha de terceira categoria, Ben O'Connor escapou aos restantes companheiros de fuga para vencer a sua primeira etapa na *Vuelta*, repetindo um feito alcançado no *Tour* (2021) e no *Giro* (2020).

O novo líder da *Vuelta* gastou menos 4,33 minutos que o italiano Marco Frigo (Israel-Premier Tech) e 5,12 que o alemão Florian Lipowitz (BORA-hansgrohe), que cortaram a meta em segundo e terceiro, respetivamente.

O australiano de 28 anos intrometeu-se agora entre os favoritos à conquista na Vuelta. Roglic e João Almeida têm agora de destroná-lo, sendo que o português tem responsabilidade acrescida pois o seu companheiro de equipa Adam Yates sofreu uma queda e perdeu muito tempo, estando agora a 9,10 minutos do líder.

Hoje parte para a estrada a sétima etapa da *Vuelta*, que terá 180,5 quilómetros entre Archidona e Córdoba. Prevê-se um dia mais calmo, até porque há apenas uma contagem de montanha de segunda categoria, a 26 kms da meta.

carlos.nogueira@dn.pt

CLASSIFICAÇÃO GERAL

APÓS A 6.ª ETAPA	TEMPO
1º Ben O'Conner (Red Bull-BORA-hansgrohe)	14.33,08h
2º Primoz Roglic (Red Bull-BORA-hansgrohe)	a 4,51m
3º João Almeida (UAE-Emirates)	a 4,59m

BREVES

João Cancelo pode juntar-se a Jorge Jesus

O internacional português João Cancelo está na iminência de rumar à Arábia Saudita para representar o campeão Al Hilal, treinado por Jorge Jesus. O defesa-direito, de 30 anos, tem estado a treinar-se no Manchester City, depois dos empréstimos ao Bayern Munique e ao Barcelona, tendo os sauditas estabelecido já um acordo com o clube inglês para uma transferência que, segundo o jornal *A Bola*, irá rondar os 40 milhões de euros, com o futebolista a encaixar cerca de 70 milhões de euros nos três anos de contrato que lhe foram propostos. A confirmar-se, João Cancelo reencontra Jorge Jesus, treinador que o lançou na equipa principal do Benfica em 2013/14, tendo sido utilizado em dois jogos.

AC Milan recusa vender Rafael Leão ao Barça

O AC Milan assumiu ontem, através do seu administrador-delegado Giorgio Furlani, que não existe qualquer possibilidade de Rafael Leão ser transferido para o Barcelona. "Não é possível. Vai manter-se no Milan, é 100% certo. E ele não vai pedir para sair. Acho que a minha mensagem é muito clara: não", disse o dirigente do clube que tem como treinador o português Paulo Fonseca, à estação de televisão espanhola *La Sexta*. O Barcelona tem interesse em garantir o avançado de 25 anos, mas o facto de o clube catalão atravessar uma crise financeira também complica um eventual negócio, até porque o Milan terá pedido... 120 milhões de euros.

Xavier Ruud “As culturas mediterrânicas são uma espécie de medicamento para a humanidade”

MÚSICA A dias de regressar a Portugal para um concerto em Lisboa, o cantor e compositor australiano Xavier Ruud falou ao DN sobre a sua digressão e o significado das suas músicas.

ENTREVISTA **FILIPE GIL**

Certamente que o leitor já ouviu, algures nas redes sociais, a canção *Follow The Sun*, de Xavier Ruud, uma das mais divulgadas no Instagram e TikTok e que muitos replicam nas suas histórias – quase sempre idílicas. Mas o australiano, surfista, defensor da natureza e da cultura aborígene é mais do que isso, tem uma carreira com mais de vinte anos e uma legião de fãs que enchem as salas por onde passa. Homem de muitos instrumentos, vai apresentar as músicas do seu novo EP *Freedom Sessions* no dia 28 de agosto no Coliseu de Lisboa, naquele segundo disse ao DN, em conversa ao telefone, será “uma celebração da paz, do amor e da unidade”.

Como está a correr esta digressão pela Europa?
Terminamos uma série de cinco concertos em Itália. Foi muito bonito e muito quente (*risos*) porque estivemos no sul do país. Agora, estamos a caminho dos Países Baixos, e segue-se Alemanha, Áustria, Suíça e, depois, começamos a descer para Espanha e Portugal.

Como está a ser a reação do público aos novos temas do EP *Freedom Sessions*?
Tem sido ótima. Tenho muita sorte, o meu público é sempre muito caloroso e dá-me boa energia.

Já passaram alguns anos desde o primeiro disco a solo, *To Let* (2002), é hoje um cantor/compositor muito diferente desses tempos iniciais?
Diria que sim, a música é como um diário, certo? É uma forma de documentar a vida conforme vamos avançando e aprendendo. Sinto que a minha música reflete aquilo que o mundo está a passar. Nos meus concertos é como se estivéssemos a celebrar a união entre as pessoas, a família e o desejo de ver alguma mudança no mundo tal como está atualmente. Sou apenas mais uma pessoa, como todas as outras, que passa pela vida com as suas próprias lutas e que comete erros. Aprendemos à medida que avançamos na vida e vamos ficando mais fortes e a minha música é um reflexo disso. E talvez seja por isso que as pessoas se ligam à minha música.

Depois de uma pandemia temos conflitos e guerras em vários locais do planeta. Digamos que o mundo não é um lugar propriamente simpático nos dias que correm.
Sim, o mundo não é um lugar fácil para muitas pessoas e sim mudou muito desde a pandemia de covid-19. Mas também gostava de salientar que há culturas, como a cultura portuguesa e a italiana, as culturas mediterrânicas, que são focadas na família e na comunidade e que funcionam como uma espécie de medicamento para a humanidade. Vocês que vivem em Portugal, numa sociedade assim, é algo normal para vocês, mas viajo pelo mundo e vejo muitas pessoas sozinhas, sem essa ligação familiar e comunitária, e que lutam pela vida solitariamente. O apoio e o sentido de comunidade é muito importante, percebo isso quando vou a locais como Portugal.

É muito diferente da sociedade australiana?
É diferente sobretudo pela forma como se olha para a Austrália, que é um lugar lindo, fantástico, cheio de grandes comunidades. Mas também há muitas famílias desfeitas na Austrália, e há os aborígenes que foram sujeitos a um racismo intenso. A Austrália tem comunidades de pessoas que vêm de todos os lugares do mundo, de Portugal, de Itália, de toda a Europa e que continuam a fazer perdurar as suas raízes. Mas há também muita gente desfeita, sobretudo descendentes do período de colonização britânica, com muitos problemas e traumas.

Uma vez disse que gostava que as suas músicas dessem uma espécie de luz a quem as ouve. Acredita que as suas palavras e música são uma espécie de bálsamo para o dia a dia?
Sim, acho importante falar das lutas e das coisas difíceis da vida, como faço, mas também das coisas bonitas e positivas. Vivemos num mundo muito bonito, sou fascinado pelo planeta e pela natureza, cresci rodeado dela e sou sortudo por isso Ainda podemos apreciar o planeta pela sua beleza. Às vezes ficamos muito influenciados pelo stresse, pelo que temos na mente, que por vezes é negativo e nem sempre é a realidade, por isso é bom encontrar uma sensação de paz em algum lado.

Hoje, a maioria do mundo vive ligado às redes sociais e passamos horas a ver vidas maravilhosas que na maioria das vezes nem são verdadeiras.
As redes sociais são um local estranho. É uma coisa boa para os músicos darem a conhecer a sua música e promoverem o seu trabalho de uma forma independente sem contratar editoras. Mas, ao mesmo tempo, está a criar um mundo em que todos estão distraídos. É muita coisa ao mesmo tempo, é como se todos estivéssemos a ver televisão o dia inteiro, muito mais horas do que costumávamos antes. São horas e horas a ver televisão sem qualidade, “*trash tv*”, e isso faz com que as pessoas andem distraídas e seja muito difícil ganharem algum foco.

Em relação ao concerto em Lisboa, o que se pode esperar?
Acho que vai ser muito bonito. O último concerto que fiz em Lisboa foi muito especial. Este será diferente em termos de alinhamento das músicas, mas a energia será a mesma. Será uma celebração da paz, do amor, da unidade. Só quero partilhar um pouco a minha cultura convosco.

Vai aproveitar para fazer surf em Portugal?
Não, porque temos que sair imediatamente para ir a Madrid e depois vamos para Barcelona. Infelizmente não teremos muito tempo em Lisboa. Fica para uma próxima vez. Já surfei em Portugal antes e foi lindo. Adoro o lugar.

Depois dos concertos na Europa para onde segue a digressão?
Depois vou participar num concerto de beneficência em Bali, na Indonésia, em setembro. É um concerto especial para juntar dinheiro para limpar as águas do oceano. E, depois, seguem-se alguns concertos pela Austrália.

filipe.gil@dn.pt

UMA MULHER SOB INFLUÊNCIA
John Cassavetes
RTP Play
A morte recente de Gena Rowlands (no passado dia 14) trouxe-nos à memória o milagre performativo que foi cada um dos seus papéis dirigidos pelo marido, John Cassavetes. Entre eles, *Uma Mulher Sob Influência* (1974) será dos casos mais extremos, inclusivamente nomeado para Óscar: Rowlands interpreta uma dona de casa com um distúrbio mental, sem nunca resvalar para a "imitação de uma doença". Só ela, sublime, o conseguiria. **INÊS N. LOURENÇO**

LUMIÈRE! A AVENTURA COMEÇA
Thierry Frémaux
Cinemateca
Eis um filme romanticamente adequado para uma noite na Esplanada da Cinemateca (hoje, 21h30). Thierry Frémaux, programador do Festival de Cannes e diretor do Instituto Lumière, evoca os dois irmãos pioneiros do cinematógrafo através de um pedagógico inventário de 108 títulos (de um total de 1422) do catálogo Lumière – para confirmarmos que o cinema nasceu feliz por olhar o mundo à sua volta. **JOÃO LOPES**

A VIDA INVISÍVEL
Karim Aïnouz
Cinema Trindade
Interessante a mostra de filmes de Karim Aïnouz proposta pelo Trindade, sobretudo agora que se celebra a chegada do *noir Motel Destino*. Dias 24 e 28 é exibido um dos seus filmes mais aclamados, uma proposta de romanesco em formato de "cinema de época", uma odisseia romântica de duas irmãs que se afastam no Rio de Janeiro de outros tempos. Com um magnífico Gregório Duvivier. **R.P.T.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

***Thriller* perturbador apenas atraiçoado pela ganância do *twist* final.**

Um sinal secreto
de Zoe Kravitz nos Cinemas

Algo se passa com a Warner este ano. Primeiro, chega um filme fora da ordem, *Challengers*, feito por um autor, Luca Guadagnino. Agora, com a estreia na realização da atriz Zoe Kravitz, risco máximo; um intoxicante *thriller* subversivo sobre masculinidade tóxica mas vestido de objeto para a geração Z. Estaremos numa mudança de paradigma dos filmes de estúdio? Talvez ainda não, mas são bons sinais.

Aqui temos Channing Tatum, magnata do género Musk, a convidar duas amigas para viajar até à ilha secreta que possui para dias de festa e luxúria, mas, claro, nada é o que parece.

Blink Twice convence por nos fazer colar a uma intriga que é tão tonta que seduz sempre e, mais importante, por ter um clima de ameaça verdadeiramente sensual, muitas vezes a fazer lembrar o melhor de *Get Out*, de Jordan Peele, ou *Não te Preocupes, Querida*, de Olivia Wilde. É realmente recompensador ficar perdido nesta ilha. Será também o filme que nos obrigará a olhar para Channing Tatum de uma outra maneira… E é ótimo reencontrar Geena Davis. **RUI PEDRO TENDINHA**

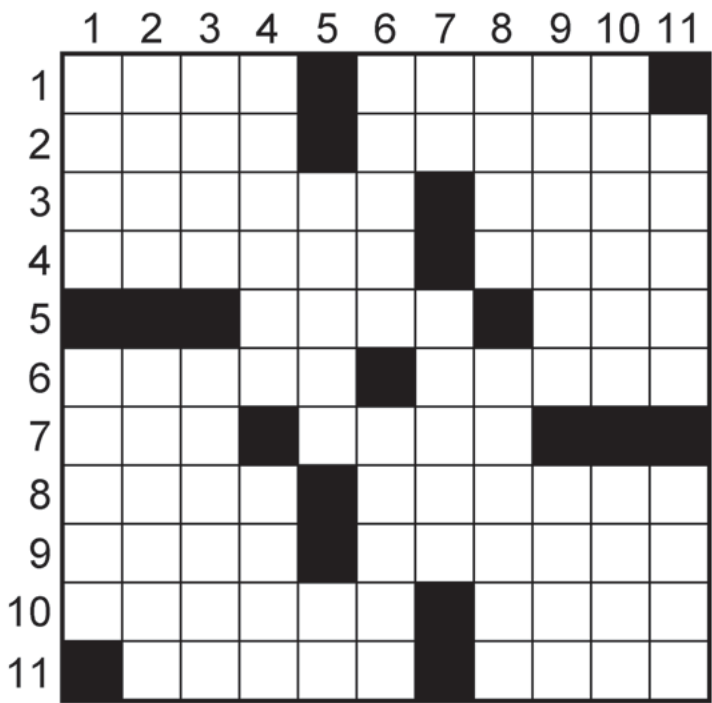
A TORRE SEM SOMBRA
Zhang Lu
Cinemas
Uma das mais belas estreias deste mês de agosto, *A Torre sem Sombra* não é apenas um lembrete da excelência do cinema chinês, mas a descoberta por cá de um cineasta, Zhang Lu, que filma a prostração urbana como uma melodia de laços familiares e românticos. Centrado na personagem de um crítico gastronómico divorciado, a viver numa cidade costeira perto de Pequim, eis um olhar delicado que versa sobre… a delicadeza. **I.N.L.**

BAD MONKEY
Bill Lawrence
Apple TV+
De um dos *showrunners* de *Ted Lasso*, que adapta o romance de Carl Hiaasen, aqui está uma série que preenche os requisitos da boa ficção estival, marcada pelo sol da Florida e copos de rum com vista. Um *thriller* em modo de sátira que dá a Vince Vaughn o seu grande momento televisivo: ele é um detetive de Miami, suspenso do cargo, que não resiste a investigar o estranho (e hilariante) caso de um braço encontrado no mar. **I.N.L.**

ANATOMIA DE UM CRIME
Otto Preminger
TVCine Edition
Para revermos James Stewart num dos seus papéis mais emblemáticos, interpretando um advogado enredado no labirinto das leis e, em última instância, discutindo os modos de formulação, defesa e aplicação dos valores democráticos. Datado de 1959, é um título fulcral na filmografia do grande Otto Preminger (1905-1986), contando com uma esplendorosa banda sonora composta por Duke Ellington (dia 24, 19h25). **J.L.**

ELIS & TOM: SÓ TINHA DE SER COM VOCÊ
Roberto de Oliveira
Cinemas
Continua em exibição este pequeno sucesso de nicho, por certo a atrair mais melómanos do que cinéfilos. A história da gravação do famoso disco de Tom Jobim e Elis Regina com um dispositivo de imagens de arquivo impactantes. O filme é realizado pelo agente de Elis, alguém que soube ir direto às memórias de um encontro que foi dourado para a Bossa Nova. E há aqui valores nostálgicos fortes. **R.P.T.**

UNDERGROUND
Emir Kusturica
Cinemas
Uma das grandes reposições desta multifacetada temporada de verão, *Underground* (1995) faz o inventário da desagregação política e territorial da Jugoslávia (subtítulo: *Era uma vez um país*), num registo que, por assim dizer, resume a lógica existencial do cinema de Kusturica – o realismo mais cru transfigura-se em pesadelo de muitos fantasmas. Ainda em exibição no Porto (Trindade) e Coimbra (Casa do Cinema). **J.L.**

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Confrontar. Não continuar. 2. Pavimento de uma casa, inferior ao nível da rua. Somente. 3. Ser vivo irracional. A parte amarela do ovo. 4. Reportagem de acontecimento desportivo. Levantar. 5. Qualquer indivíduo (fam.). Nome feminino. 6. Poder estar dentro. Dar urros. 7. Espaço de 12 meses. Ofício. 8. "Estar metido num (...)", diz-se de uma pessoa que exterioriza grande contentamento. Secura. 9. Agarrar. Que tem lã ou lanugem. 10. Parreira. Dólmen. 11. Ir rodando. Ratar.

Verticais:
1. Escavar. Pequeno povoado. 2. Avaria. Dar gosto de anis a. 3. Curral de ovelhas. Agradável à vista. 4. Acabamento. Verbal. 5. Arremessa. «De» + «a». 6. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Triturar. 7. Armada Portuguesa (sigla). Que não é a mesma. 8. Molha (popular). Fazer troça (popular). 9. Desejar veementemente. Proprietário. 10. Latada. Ponto cardeal. 11. Curar. Emitir som forte e zoante.

SUDOKU

3			1			8		4
	9			7		2	1	
		8			2			
5	2				4			7
				1			5	
6			8				9	
1	8		4					
		7		5	9		4	
		4	2			7		5

SOLUÇÕES

3	5	2	1	9	6	8	7	4
4	9	6	5	7	8	2	1	3
7	1	8	3	4	2	5	6	9
5	2	1	9	6	4	3	8	7
8	4	9	7	1	3	6	5	2
6	7	3	8	2	5	4	9	1
1	8	5	4	3	7	9	2	6
2	3	7	6	5	9	1	4	8
9	6	4	2	8	1	7	3	5

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Opor. Parar. 2. Cave. Apenas. 3. Animal. Gema. 4. Relato. Alar. 5. Tipo. Ada. 6. Caber. Urrar. 7. Ano. Arte. 8. Sino. Aridez. 9. Asir. Lanoso. 10. Latada. Anta. 11. Rolar. Roer.
Verticais:
1. Ocar. Casal. 2. Pane. Anisar. 3. Ovil. Bonito. 4. Remate. Oral. 5. Atira. Da. 6. PALOP. Ralar. 7. AP. Outra. 8. Rega. Reinar. 9. Anelar. Dono. 10. Ramada. Este. 11. Sarar. Zoar.

Cristiano Van Zeller conhece e ama o seu Douro e tem-lhe sido sempre dedicado.

GERARDO SANTOS

Vinho, coração e tradição

NEGÓCIO Foi à mesa do Rocco, no Chiado, que aconteceu esta conversa com Cristiano Van Zeller, um dos mais dinâmicos produtores de vinhos do Douro e Porto. Duas áreas de atividade que têm as suas especificidades e que hoje não podem ser equacionadas separadamente, segundo o especialista, que não hesita em afirmar que é na família que está o grande valor da vida.

TEXTO **FERNANDO MELO**

Se alinharmos 30 amostras de vinho do Porto de uma mesma colheita, vamos achar excelentes 20, muito boas sete e boas três. Já se fizermos o mesmo exercício com vinho DOC Douro, três serão excelentes, sete muito boas e 20 boas. Obtemos o mesmo resultado com qualquer denominação de origem de primeira linha mundial. Esta é a razão pela qual somos forçados a concluir que o vinho do Porto é o melhor vinho do mundo. Aprendi há muitos anos esta forma brilhante de perceber o vinho do Porto com Dirk van der Niepoort, em sua casa, no tempo em que havia todo o tempo do mundo para estar à mesa. Mais tarde, ouvi de David Fonseca Guimaraens uma tese semelhante, com o reforço de que temos absolutamente de perceber e ser dedicados ao vinho do Porto. Estão muito longe de estar esgotados os caminhos para o grande néctar, que sempre nos há de surpreender com tesouros vínicos extraordinários.

Cristiano Van Zeller tem sempre muito para contar e foi sempre grande entusiasta dos vinhos do Porto e do Douro. A sua família tem raízes profundas no setor e os ramos familiares cruzam-se com os das personalidades que mais influência tiveram para que os séculos de história da região conduzissem à modernidade. O modelo de negócio mantém-se firme num certo conservadorismo. "A contingentação é a única ferramenta para sustentar o equilíbrio", explica Cristiano. "Ou vendemos mais, ou produzimos menos." No entanto, o mix Douro e Porto cresceu sempre, talvez com o grande boom de 94 a marcar o recorde de ambas as frentes.

Iniciamos a refeição com CV branco, uma pérola da Van Zellers & Company, hoje estritamente composta pelo núcleo familiar de Cristiano Van Zeller, sua mulher Joana e os três filhos, Cristiano, médico radicado no Reino Unido, Francisca, a 100% na empresa , e João, o mais novo, também já oficialmente na empresa familiar. O CV branco provém de uma vinha de um hectare apenas, e o tinto de três hectares. Vem o bife tártaro maravilhoso, processado e temperado à nossa frente e a ligação com o vinho branco é prodigiosa. Mas vamos lançados no assunto da lei do terço, que obriga os produtores a reter *stocks* de vinho do Porto importantes, libertando apenas os excedentes, de qualidade tradicionalmente menos boa.

"Os excedentes foram sempre significativos ao longo da história do Douro", explica o nosso herói. "Produziu-se sempre mais do que se consegue comercializar. O *stock* com que as empresas ficam é por isso exponencial. A região produz muito mais do que necessita". O esforço de comercialização e o valor dessa comercialização pode não ter sido o devido. "Temos de ter a noção da excelência do Douro", afirma categoricamente Cristiano Van Zeller. Conhece e ama o seu Douro e tem-lhe sido sempre dedicado.

Alguns dos vinhos que acompanharam esta conversa.

DR

Itinerâncias convergentes

Em 1993, a Quinta do Noval é vendida ao grupo francês Axa Millésimes, levando a uma nova configuração do negócio e oferta vínica. As primeiras experiências de produção de vinho do Douro do jovem enólogo acontecem em 1985, ainda na Quinta do Noval, e, em 1989, chega mesmo a fazer aí vinhos experimentais com Domingos Soares Franco. Fixou-se depois na Quinta do Vale D. Maria, começando a produzir vinho DOC Douro, em 1996. Partilho com Cristiano o bem que me lembro do primeiro, de 1998. Em 2017, vende o Vale D. Maria aos seus primos da Aveleda e passa a dedicar-se à Van Zellers & Company.

Ainda com o CV branco, é servido um *primo piato* de *tagliatelle* com cogumelos, brilhante para o vinho – o *sommelier* Gonçalo Pataquim teve o cuidado de não aplicar trufa, para não pressionar demasiado o vinho. Estamos de novo a falar sobre a região duriense, e surge uma chave inevitável e que explica muita coisa. A proximidade e amizade que Cristiano tem com Dirk Niepoort é fundadora e marcou vários pontos importantes na afirmação do Douro pelo mundo fora. Ambos ousados e aplicados em fazer do Douro uma grande região mundial. Tomo boa nota de uma frase liminar do meu entrevistado: "O vinho do Porto homogeneíza as diferenças, o DOC Douro salienta as diferenças."

DR

O pai de Cristiano partiu cedo, em 1979, com apenas 46 anos. CVZ estava a estudar em Espanha. Passou para Engenharia Industrial na Faculdade de Engenharia do Porto, que interrompeu para ir trabalhar para a Quinta do Noval. Vicissitudes diversas fizeram com que o lutador Cristiano ainda regressasse à academia, mas o curso da vida ordenou outro rumo.

Vem o CV Tinto 2020, mistura de castas como é normal numa vinha velha, maioria Touriga-Franca. Tonalidades cítricas que me levaram a dizer que seria Touriga-Nacional, mas que são afinal expressão da Touriga-Franca em vinha velha. Sempre a aprender. Produção contida, apenas cerca de cinco mil garrafas. É servido um canónico turnedó Rossini, em que o puré de batata não levou trufa para não esmagar o tinto. Estratégia que de resto já tínhamos seguido com a *tagliatelle*. Resultou numa harmonização brilhante, outra coisa não seria de esperar desta casa de serviço imaculado.

E viva o vinho do Porto!

"Não gosto de ficar quieto, e sinto-me muito apoiado neste momento pelos meus filhos e sempre pela Joana, minha mulher." Iniciamos o capítulo Porto com um genial e vibrante LBV 2019. O não menos genial tiramisu do Rocco foi feito na nossa mesa pelo *chef* pasteleiro Clayton Ferreira e a componente café foi determinante para a bondade do conjunto. É servido também o Van Zellers 30 Anos, complexo e vibrante, e tem uma belíssima frescura. Depois um incrível Porto Branco Colheita 1940, desafiante e viciante.

Chega o momento sacramental da revelação de um trio poderoso e inigualável, que a Van Zellers vende num estojo lindíssimo, três garrafas de 75 cl: 1888 crafted by poetry e coincide com o ano de nascimento de Fernando Pessoa; 1870 crafted by family e marca o casamento dos trisavós de Cristiano; 1860 *crafted by liberty* e marca a eleição de Abraham Lincoln para a presidência dos EUA. "O que falta ao vinho do Porto?", questiona de forma retórica Cristiano Van Zeller. "Perceber que é uma existência de futuro."

Diario de Noticias

O povo do Cacem expulsou o secretario de finanças daquela localidade, pedindo uma sindicancia aos actos por ele praticados.

MARCONI EM LISBOA

O PELOURINHO DA ERICEIRA

UMA TOCANTE MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA

CHEGOU ONTEM A LISBOA A PEREGRINAÇÃO PORTUGUESA QUE FOI A LOURDES

VEJA-SE NA 4.ª PAGINA

LISBOA-MACAU

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 23 DE AGOSTO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

UMA TOCANTE MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA

CHEGOU ONTEM A LISBOA A PEREGRINAÇÃO

PORTUGUESA QUE FOI A LOURDES

sendo aguardada na estação do Rossio por centenas de pessoas e pelos mais altos representantes do clero

Os peregrinos portugueses em Lourdes

O tinteiro que serviu na
foi vendido em Vi
isto é,

O PELOURINHO DA ERICEIRA

Deve ser colocado no seu lugar primitivo ainda durante a presente época balnear

ERICEIRA, 21 — E' enorme o regosijo da população desta vila em face da autorização concedida pela Camara Municipal para a colocação do antigo Pelourinho no seu primitivo lugar. Ficou constituida uma comissão de que fazem parte os srs. dr. Antonio Bento Franco, Figueiroa Rego, Jaime Lobo da Silva e Alberto de Sousa, para levar a efeito esta simpatica iniciativa.

Todos os donativos destinados a custear as despesas, devem ser enviados, portanto, a esta comissão que já iniciou os seus trabalhos, constando que a inauguração do monumento se realiza ainda durante a presente época balnear.

Fortalecendo uma aspiração que, de resto, é a de todos os ericeirenses, a Associação dos Arqueologos Portugueses oficiou, tambem á Camara Municipal da Ericeira instando pela colocação do glorioso monumento que ficará evocando, através dos seculos, um pouco do passado de grandesa e ancia da liberdade dessa formosa vila, cujo solo foi regado, tantas vezes, pelo sangue de herois e martires.

O ESTADO MESTRE-ESCOLA

e a necessidade das Escolas Superiores

Conferencia de João de Deus Ramos

João de Deus Ramos é filho de João de Deus, o poeta quasi divino das Flores do Campo, o pedagogista sem rival da Cartilha Maternal. Aceitou as esmagadoras responsabilidades do seu nome, dedicando todas as energias do seu espirito e toda a sua alma aos problemas da instrução e mercê de um grande esforço, ao serviço de uma clara inteligencia, é hoje uma autoridade reconhecida e acatada nêsses estudos, de tão grande utilidade.

No prosseguimento da missão que tomou como um dever sagrado, realizou no dia 8 de Abril dêste ano uma conferencia na Sociedade de Geografia, que foi presidida pelo Chefe do Estado e que por ter saida incompleta nessa noite, por um repentino incomodo de saude, repetiu, em 18 de Maio, na Universidade Livre. Assistiram a essas conferencias grande numero das pessoas que, no nosso país, se interessam mais dedicadamente pelas questões do ensino. Realizou o sr. João de Deus Ramos um belo trabalho, cujos topicos principais foram: «A civilização europeia em crise, «o Estado é a autoridade coordenadora das supremas aspirações nacionais», «O aparecimento dos grandes pedagogos nos seculos XVIII e XIX e a organização da escola oficial», «A democracia não póde viver sem uma «elite» e essa «elite» não se póde formar sem que nas escolas primarias se seleccionem as aptidões individuais» e finalmente «se a escola primaria superior estivesse bem organizada, ela seria uma instituição inconfundivel».

Teve o autor a feliz ideia de publicar agora o seu brilhante estudo num opusculo e assim os que não puderam assistir a uma ou outra das referidas conferencias, terão ensejo de vêr como um dos problemas de maior influencia no desenvolvimento intelectual do nosso país é tratado por uma fórma superior e liberta de qualquer paixão.

A' MEIA-NOITE DE ONTEM...

Marte aproximou-se da Terra

UMA VISITA, A PROPOSITO, AO OBSERVATORIO DA AJUDA—OS HABITANTES DE MARTE COMUNICARÃO CONNOSCO PELA T. S. F.?

O "Diario de Noticias" ouve a opinião autorizada do sabio astronomo Frederico Oom

Pois á hora a que escrevo, tranquilamente sentado á minha banca de trabalho, enquanto lá fóra a vida citadina segue o seu habitual curso nocturno, um acontecimento se está dando de certa notoriedade na vasta e complexa mecanica do Universo, preocupando os astronomos de todo o mundo que, pela objectiva dos seus telescopios complicados, atentamente espionam a aproximação de Marte da Terra. O planeta, nosso mais proximo vizinho, ao dar da meia noite de ontem—hora fatidica dos bruxedos e do sabath—atingiu a sua proximidade minima de nós, qualquer coisa como a bagatela de uns cincoenta e seis milhões e quatrocentos mil quilometros, numeros redondos, distancia a que se manterá ainda alguns dias numa vilegiatura curiosa de quem pretende conhecer da nossa vida e dos nossos costumes (ia-mos a escrever—maus costumes).

Diz o meu mestre nestes assuntos de astronomia, Camilo Flammarion, que é Marte o terceiro planeta na ordem das distancias do Sol, sendo visivel da Terra a ôlho nú apenas sob o aspecto de uma bela estrela vermelha. As primeiras observações telescopicas tinham já revelado á superficie de Marte a existencia de manchas mais ou menos acentuadas. Os progressos da optica, permitindo aumentos mais fortes, mostraram mais nitidamente a forma dessas manchas, e o estudo do seu movimento levou os astronomos a determinar, com uma precisão notavel, a duração da rotação diurna de Marte, que se efectua em 24 horas 37 minutos 65 segundos e 65 centesimos de segundo. O dia e a noite deste planeta são pois um pouco mais compridos do que entre nós, vindo a dar a pequena diferença um ano de 668 dias martianos.

O sr. dr. Henrique Morize, astronomo brasileiro, por sua parte elucida-nos que em 1875 um dos mais notaveis astronomos dos tempos modernos, Schiaparelli, italiano, descobriu coisas novas em Marte; uma série de traços a que chamou canais, adelgaçando-se dos rios, mudando-os de posição, e porque pouco a pouco o numero desses canais fosse aumentando não tardaram os sabios em explicar o deslocamento dos mesmos canais pela raridade da água em Marte, que obrigava os supostos habitantes do planeta a fazerem obras hidraulicas para canalizar o liquido resultante da fusão dos gelos invernais, na estação propria, e dessa forma empregá-lo na lavoura necessaria á vida.

A rède de canais do planeta Marte: Investigações do sabio Percival Eowell

Estes canais têm dado que fazer á reflexão dos astronomos, não havendo entre eles uniformidade de impressão e observação, como facilmente pode verificar-se da simples observação do mapa-mundi de Marte levantado por Schiaparelli em 1886 e o de Antoniadi, outro astronomo de nome, traçado em 1919, ambos publicados no curiosissimo livro de Arrhenius «Le Destin des E'toiles» (Felix Alcan, Paris, 1921). Por outro lado tambem o astronomo francês Ch. André, num livro magistral sobre os planetas—«Les Planétes et leur origine» (Gauthier Villars, Paris, 1919)—mostra a tal respeito o quanto são suspeitas as apreciações visuais, quando se trata de objectos de diminuta dimensão.

Estamos, portanto, como se vê, em pleno campo das hipoteses e licito se nos afigurou procurar saber se as circunstancias favoraveis da presente conjunção, aqui, como nos observatorios de todo o mundo, não seriam cuidadosamente aproveitadas para de uma vez resolver a insistente questão não só dos canais mas ainda a da habitabilidade do nosso vizinho, cuja analogia com a Terra já em 1783, na abalisada opinião do astronomo Herschel, era posta em relevo como sendo talvez a maior existente em todo o sistema solar...

Os habitantes de Marte, segundo os imaginou o romancista Wells

No Observatorio da Ajuda—Postos de T. S. F.... "a postos"!—A' espera de um radiograma de Marte

Não é pecado nem crime confessar ignorancia perante aqueles que sabem mais do que nós... Depois, o jornalista não recua nunca perante uma dificuldade. Pelo contrario, quanto mais dificil, quanto mais «bicudo» se nos apresenta o assunto a tratar, mais apaixonadamente, mais atrevidamente para ele avançamos com uma coragem muitas vezes bem digna de melhores resultados...

Foi assim que, armado desta sciencia toda rapidamente haurida numa leitura breve de algumas paginas de livros especializados no assunto e do córte de um jornal estrangeiro, ai me fui ontem de longada até ao Observatorio da Ajuda, sob a chuvinha irritante da tarde, bater ao ferrôlho do sabio astronomo Frederico Oom, cuja competencia nestes assuntos corre parelhas com a cativante amabilidade com que costuma atender os maçadores profissionais, em periodos certos de previstos e anunciados fenomenos no cosmos, recorrendo com proveito á sua sciencia e á sua delicadeza.

O nosso Observatorio, apesar de uma apreciavel pobreza franciscana em materia de aparelhos, lunetas, meredianos, telescopios, etc., tem contudo realizado optimos trabalhos de observação e está sobretudo belamente instalado, não lhe faltando casa ampla e terreno á farta por onde pudesse alargar-se. Numa vasta sala redonda, abobadada, cheia de luz, pejada de mesas carregadas de livros, por todos os cantos luzindo metais agressivos de aparelhos esquisitos, bizarros e estranhos aos nossos olhos dominados pelo imprevisto do scenario pela vez primeira observado, no silencio absoluto que só interrompem compassadamente palpitações de cronometros e registadores complicados e o tic-

*

(*Continua na 2.ª pagina*)

lotaria popular
EXTRAÇÃO: 034/2024 **1.º PRÉMIO: 27205** **2.º PRÉMIO: 79924** **3.º PRÉMIO: 94941**

EURODREAMS
SORTEIO: 068/2024
CHAVE: 1-11-16-26-28-40 + 5

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

HOMEM DE GOUVEIA / LUSA

Aeronaves enviadas por Espanha entraram ontem em ação na ilha da Madeira.

Aviões Canadair já combatem as chamas na Madeira

FOGOS Miguel Albuquerque mostrou-se convicto de que será possível solucionar o incêndio com a ajuda das aeronaves e negou pressões de Lisboa.

Os dois aviões Canadair pedidos pelo Governo português à União Europeia já efetuaram ontem descargas de água sobre o incêndio que lavra na cordilheira central da Madeira e a operação deve continuar ao longo do dia desta sexta-feira, com o presidente do Governo Regional a manifestar esperança de que isso permita debelar o incêndio que deflagra na ilha há mais de uma semana.

"Esta é uma forma que nós entendemos que é eficaz, neste momento, para tentar debelar aqui esta frente de fogo e, se conseguirmos debelar esta frente de fogo, o assunto fica solucionado", referiu Miguel Albuquerque, que falava aos jornalistas no Pico do Areeiro, onde foi assistir à entrada em ação das duas aeronaves vindas de Espanha, nas montanhas sobranceiras ao Funchal, frente a uma linha de fogo numa encosta em direção ao Pico Ruivo, o ponto mais alto da ilha da Madeira, com 1862 metros.

"Este despejo agora destes dois Canadair foi cerca de sete toneladas de água. O nosso helicóptero leva menos de mil litros, portanto são sete viagens de helicóptero", salientava, mostrando-se convicto de que será possível debelar o incêndio se a operação continuar esta sexta-feira.

Apesar de os aviões Canadair terem sido disponibilizados oito dias após o início do incêndio (e terem começado a atuar ao nono dia), no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, Miguel Albuquerque considera que a "estratégia não tardou".

"Nós adotamos esta estratégia quando é possível adotar a estratégia, ou seja, os Canadair só podem intervir – e é a primeira vez que intervêm na Madeira – numa situação onde não há aglomerados urbanos, nem agricultura [...] e a única hipótese que nós temos para [essa] intervenção foi quando o fogo saiu do Pico do Cardo [no Curral das Freiras] para a cordilheira central", explicou.

O chefe do Executivo negou que tenha havido pressão do Governo da República para que fosse ativado o Mecanismo Europeu de Proteção Civil e sublinhou que houve "toda a disponibilidade" de parte a parte.

Na conferência de imprensa do Conselho de Ministros de ontem, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmou que "o Governo da República tem estado em contacto permanente com o Governo Regional, que tem a responsabilidade de coordenação operacional", acrescentando que "tem acompanhado" a situação e "prestado apoio", referindo os 150 operacionais enviados do continente para a região autónoma para reforçar o combate ao fogo.

"A perda de vida natural, perda de capital natural, preocupa-nos naturalmente e é de lamentar. Por outro lado, à data de hoje, a esta hora, não se registam nem perdas de vidas humanas, nem perdas de habitações nem de infraestruturas críticas", sublinhou o governante.

DN/LUSA

BREVES

Iate naufragado: só falta encontrar filha de magnata

O corpo do magnata britânico da tecnologia Mike Lynch foi recuperado ontem do seu iate naufragado na Sicília, enquanto as buscas continuavam pela última das seis pessoas que tinham sido dadas como desaparecidas. Segundo uma fonte próxima da investigação, citada pela agência France Presse (AFP), os mergulhadores ainda procuravam Hannah, a filha adolescente do magnata, de 18 anos. O iate Bayesian, com bandeira britânica, afundou segunda-feira na costa da cidade de Porticello, durante uma forte tempestade, quando estavam a bordo 22 pessoas, 12 passageiros e 10 tripulantes. Quinze foram resgatadas com vida pela guarda costeira. Das seis pessoas dadas como desaparecidas, foram recuperados já cinco corpos. Segundo os *media* italianos, serão os do magnata Mike Lynch, do presidente do banco Morgan Stanley International, Jonathan Bloomer, e da sua mulher Judy, e do advogado do empresário, Chris Morvillo, e da sua mulher Neda. Logo nas horas imediatas ao naufrágio tinha sido encontrado o corpo de outra vítima mortal do acidente, o cozinheiro Recaldo Thomas.

Imigração. Ventura critica "cobardia" do PSD

O presidente do Chega, André Ventura, criticou ontem o que apelidou de "cobardia" do PSD em relação ao referendo sobre a imigração proposto pelo seu partido. Na *rentrée* do Chega em Olhão, no Algarve, Ventura reagiu a declarações do líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, que terá rejeitado a hipótese de negociar com o partido de Ventura a proposta de referendo. "Só mostra que o PSD, tal como PS, tem medo de ouvir as pessoas em matéria de imigração", apontou o líder do Chega. "É um sinal de cobardia do PSD e eu diria que é um mau sinal para os meses que se avizinham em Portugal", acrescentou.

LUÍS FORRA/LUSA

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

56736
5 605290 123023